

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita terá delegacia para combater fraude..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita mira facção e endurece as regras para fundos exclusivos..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe econômica poupa de corte linear R\$ 449 bi em benefícios fiscais..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fintech é elo entre duas operações.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os contratos de rateio de custos na reforma tributária (Artigo)..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Brasileiros não sabem o que é "isenção" do IR - ANDREA JUBÉ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Ajustes na Esplanada dos Ministérios voltam à mira.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
SEGURIDADE SOCIAL

Fundos de pensão buscam consolidação.....14

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

CPI apura repasse de R\$ 1,6 milhão para irmã de Careca do INSS por suposto ex-sócio
..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Trump inaugura nos EUA o neoliberalismo de mercado nacional , diz economista.....17

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reformas sempre geram resistência , diz guru da desigualdade sobre taxar super-ricos no
Brasil
..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump anuncia tarifa de até 100% para outubro (Artigo).....34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad afirma que delegada da Receita vai combater crime organizado..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Braga cede em parecer para apaziguar Estados e municípios..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo da Argentina retoma imposto sobre as exportações de grãos 39

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita tributa ressarcimento por uso de veículo próprio 40

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL CIBERSEGURANÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fintechs aprovam novas medidas para coibir fraude 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

BC pessimista nas projeções 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

IPCA-15 sobe 0,48% em setembro; BC vê inflação na meta só em 2028 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Impacto do tarifaço sobre preços não está incorporado, diz Galípolo 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

BC reduz de 2,1% para 2% projeção para o PIB no ano 47

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Marinho diz que Caged desacelerou em agosto 48

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

BC ajusta PIB e vê rombo maior das contas externas 50

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dados vão determinar quando poderá haver alívio nos juros, diz BC 52

Receita terá delegacia para combater fraude

» **RAFAELA GONÇALVES**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a criação de uma delegacia especializada da **Receita Federal** para combater esquemas de fraude e lavagem de dinheiro. A medida foi divulgada após a deflagração da Operação Spare.

O ministro destacou que esses esquemas criminosos têm impacto direto na economia. "Por trás daquela atividade aparentemente regular, tem uma atividade ilícita. Isso complica muito a vida da economia brasileira, porque afeta a concorrência, o consumidor, o fisco, os programas sociais e o Orçamento Federal", observou Haddad.

De acordo com o chefe da equipe econômica, a delegacia vai estruturar permanentemente o núcleo já existente na Receita. "Estamos numa decisão de transformar esse núcleo em uma delegacia, que vai ter pessoal dedicado a investigações dessa natureza. Queremos institucionalizar para impedir retrocessos e deixar um legado para o futuro da Fazenda" afirmou.

O ministro também defendeu a aprovação no Congresso da proposta que endurece a punição ao chamado devedor contumaz. "O Brasil tem uma legislação frouxa em relação a práticas reiteradas de fraude. Com o devedor contumaz, mesmo que você tenha um laranja no CPF, consegue identificar quem está por trás da operação e processar essa pessoa penalmente", ressaltou.

Para Haddad, as medidas fortalecem o ambiente de negócios. "É muito importante, porque você estabelece um fluxo normal para empresários sérios, que já não conseguiam mais enfrentar esse tipo de concorrência desleal. Identificar a intersecção entre atividades ilícitas e lícitas e cortar o mal pela raiz é um enorme avanço"

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/09/26/all.pdf>

Receita mira facção e endurece as regras para fundos exclusivos

No âmbito da Operação Spare, a **Receita Federal** anunciou que prepara novas exigências de transparência para fundos de investimento. A principal mudança em estudo é a obrigação de identificar os destinatários finais das operações financeiras. As regras estão sendo preparadas para fechar brechas que vêm sendo aproveitadas pelo crime organizado para lavar dinheiro.

O problema foi detectado com a Operação Carbono Oculto. A expectativa da Receita é que o novo regramento seja apresentado em até um mês. A proposta central é que os fundos de investimento sejam obrigados a manter controle sobre os donos do dinheiro que movimentam.

Se forem outros fundos, por exemplo, devem solicitar dados até chegar ao CPF dos responsáveis, ou seja, às pessoas físicas que efetivamente controlam o dinheiro envolvido em toda a cadeia. É uma regra que já existe para alguns setores econômicos, mas não se aplica aos fundos. Com isso, a Receita espera fechar caminhos de lavagem de dinheiro.

A instrução normativa deve valer para fundos exclusivos, que têm quantidade limitada de cotas emitidas e são direcionadas a "investidores qualificados". A Carbono Oculto revelou que o PCC controla mais de 40 fundos multimercado e imobiliários, com patrimônio de R\$ 30 bilhões.

O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, disse ontem que as normas são elaboradas em conjunto com o mercado e beneficiarão quem opera regulamente. "É bom para o setor, para dar transparência e separar o joio do trigo." É a terceira mudança promovida pela Receita na esteira da Carbono Oculto. Em agosto, o órgão ampliou as obrigações das fintechs, que foram equiparadas a bancos tradicionais e passaram a ter as mesmas obrigações de transparência.

DELEGACIA. Sobre a Operação Spare, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que articula a criação de uma delegacia no âmbito da Receita Federal com foco no crime organizado, mais especificamente na identificação de lavagem de dinheiro e ocultação patrimonial. "Essa criação da delegacia no âmbito da Receita vai ser muito útil para que isso (combate a esses tipos de crimes) seja

estruturado, independentemente de governo. Seja um legado importante", declarou o ministro. r.m., f.m., m.g. ma- TEUS MAIA E RENAN MONTEIRO

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/o-estado-de-s%C3%A3o-paulo>

Equipe econômica poupa de corte linear R\$ 449 bi em benefícios fiscais

Jessica Sant"Ana De Brasília

A equipe econômica do governo federal preservou R\$ 449,27 bilhões em benefícios fiscais fora da lista de corte linear de 10% proposto no projeto de lei complementar (PLP) apresentado pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). O número consta em tabela da **Receita Federal** obtida pelo Valor e representa 82,5% dos benefícios fiscais a pessoas físicas e jurídicas catalogados pelo Fisco como gastos tributários.

De acordo com o Projeto de Lei de Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, são R\$ 544,46 bilhões em gastos tributários previstos para este ano, ou seja, de benefícios fiscais concedidos a empresas e pessoas físicas que reduzem a arrecadação federal em igual montante. O número, conforme mostrou o Valor, pode estar subestimado, pois a estimativa é feita de forma conservadora pela Receita, que, com base, na Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), instituída desde o ano passado, vem percebendo que a renúncia pode ser maior.

Dos R\$ 544,46 bilhões estimados até o momento, 82,5% ficaram fora do corte proposto pelo projeto de lei apresentado ao Congresso. Foram preservados os benefícios concedidos a pessoas físicas, o Simples Nacional, o regime de Microempreendedor Individual (MEI), os benefícios ao agronegócio, a entidade imunes e sem fins lucrativos, a Zona Franca de Manaus e áreas de livre-comércio e benefícios com limite global ou condicionados a investimentos.

Essas ressalvas foram feitas porque parte desses benefícios tem proteção da Constituição, mas há uma parte que poderia ser revista. Porém, isso necessitaria de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). A equipe econômica do governo até queria incluir um rol mais amplo de benefícios na lista de corte, porém fechou acordo com o Congresso que os benefícios previstos na Constituição seriam preservados do pente-fino, além dos destinados a pessoas físicas, como as deduções com saúde e educação do Imposto de Renda.

Outro argumento trazido por uma fonte da equipe econômica é que já será difícil aprovar o projeto de lei com somente parte dos gastos tributários abrangida.

Caso fossem incluídos mais benefícios, seria necessário aprovar uma PEC, o que traria ainda mais desafios políticos.

Com a exclusão dos R\$ 449,27 bilhões, sobraram R\$ 95,19 bilhões em benefícios tributários para sofrer o corte linear de 10%, caso o projeto seja aprovado, o que resultaria num incremento de arrecadação insuficiente para os objetivos do governo.

Por isso, o governo incluiu no texto um aumento da tributação das empresas do lucro presumido, ou seja, daquelas com faturamento até R\$ 78 milhões por ano que optaram pelo regime. O projeto prevê um aumento em 10% da base de cálculo, que será cobrado sobre o valor de receita bruta total que exceder R\$ 1,2 milhão.

De acordo com os dados obtidos pelo Valor, o governo espera arrecadar R\$ 10,4 bilhões a mais com essa mudança no lucro presumido. Ao todo, o projeto de corte de benefícios tributários prevê uma arrecadação extra de R\$ 19,76 bilhões em 2026, sendo que 52,6% viriam da alta na tributação do lucro presumido e o restante do corte linear de 10% dos benefícios.

A mudança no lucro presumido é a maior polêmica, porque, conceitualmente, o regime não é considerado um gasto tributário pela Receita, por isso não deveria estar no projeto de lei. Mas uma fonte do governo diz que há "distorções" no regime, que vem sendo usado por empresas para fugir do lucro real, por isso o aumento da base de cálculo é necessário.

O projeto é uma das principais medidas de arrecadação extra prevista para 2026. Ele foi enviado ao Congresso no mesmo dia de entrega do PLOA, caso contrário o governo não conseguiria entregar uma proposta com previsão de superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Na segunda-feira (22), o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que o PLP em questão e a Medida Provisória alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) são as principais pautas com impacto fiscal que precisam ser aprovadas pelo Congresso neste ano. "Temos que nos manter alerta para seguir cumprindo nossa agenda", disse.

**

Projeto de lei que prevê corte linear de 10% foi apresentado pelo deputado José Guimarães (PT-CE)

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250926>

Fintech é elo entre duas operações

Marcelo Osakabe De São Paulo

O BK Bank é o elo entre as operações Spare e a Carbono Oculto, que revelou no mês passado o envolvimento da Faria Lima com o PCC, segundo o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. Mesmo assim, a instituição não foi um dos 25 alvos da operação do Ministério Público de São Paulo e da **Receita Federal** que cumpriu 25 mandados de busca e apreensão nesta quinta-feira, 25.

A operação teve como alvos cinco empresas e 20 indivíduos ligados a postos de combustíveis, jogos de azar, uma rede de 60 motéis, lojas de uma rede de franquias e empreendimentos imobiliários.

Um dos principais alvos foi empresário Flávio Silvério Siqueira, que trabalha há mais de duas décadas no mercado de combustíveis de São Paulo. Ele é apontado um dos principais operadores do esquema de lavagem de dinheiro para o crime organizado através de laranjas.

A defesa de Silvério afirmou que seu cliente não tem qualquer envolvimento com o crime organizado. Também disse que ele é alvo de uma perseguição dos órgãos de investigação e que está à disposição da Justiça para todos os esclarecimentos necessários.

Segundo a Receita, ao menos 267 postos ainda ativos movimentaram mais de R\$4,5 bilhões entre 2020 e 2024, mas recolheram apenas R\$ 4,5 milhões em **tributos** federais - o equivalente a 0,1% do total movimentado, percentual muito abaixo da média do setor.

"O elo é exatamente a fintech. Naquela operação [Carbono Oculto], eram mais de 1.200 postos de gasolina. Desta vez, quase cem estabelecimentos de rede grande de franquias no Brasil que também eram utilizadas nesse esquema", exemplificou Barreirinhas.

O secretário não citou textualmente o BK Bank, mas o nome da instituição aparece na decisão que autorizou a ação. A promotoria esclareceu, inclusive, que a fintech objeto da ação não foi alvo da operação porque já foi objeto de mandado semanas atrás.

Responsável pela defesa do BK Bank, o escritório Fernando José da Costa Advogados, disse que não foram cumpridos mandados de busca e apreensão em endereços vinculados à instituição.

A novidade da Spare em relação à Carbono Oculto foi justamente mostrar que o esquema não se restringiu ao ramo de combustíveis. Um dos investigados, Maurício Soares de Oliveira é apontado pelo MP como dono de lojas da rede O Boticário que fazia uso dos estabelecimentos para fazer lavagem de dinheiro.

Procurada, a defesa de Maurício Soares de Oliveira não respondeu até a conclusão desta edição.

Não há nenhum indício de relação entre a empresa dona de O Boticário com facções criminosas. Em nota, a assessoria de imprensa do franqueador afirmou que a rede adota políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e anticorrupção e tem código de conduta que exige cumprimento irrestrito da legalidade.

Superintendente da **Receita Federal** em São Paulo, Márcia Meng explicou que as diversas empresas de diferentes ramos da economia eram todas usadas de forma semelhante: legalmente estabelecidas, movimentaram somas muitas vezes superiores às declaradas à Receita ou incompatíveis com atividades no setor. À movimentação de dinheiro lícito, se juntava o dinheiro ilícito que era depois enviado para a "conta-bolsão" do BK Bank, onde todos esses recursos eram misturados, o que dificulta rastrear a origem e o destino deles.

"As maquininhas que a fintech fornecia eram usadas em operações para a introdução de dinheiro em seu sistema. Esses esquemas criminosos precisam de uma porta de entrada para o dinheiro vivo que vai em direção a essa conta-bolsão."

Sobre o envolvimento do PCC, o promotor-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio Oliveira Costa esclareceu que o grupo investigado "tinha os mais diversos tipos de relação com conhecidos" do PCC, inclusive frequentavam a residência de algumas de suas lideranças.

Segundo o procurador-geral do Estado adjunto de São Paulo, Caio César Guzzardi, a Carbono Oculto e seus desdobramentos já resultaram no pedido de bloqueio de bens no valor de cerca de R\$ 7,6 bilhões contra 55 réus.

De acordo com o Ministério Público, o início das investigações desta etapa se deu após maquininhas de cartão ligadas a um posto serem encontradas em casas de jogos de azar no litoral paulista. Na ocasião, os donos do estabelecimento afirmaram que

desconheciam a conta que recebia os valores. Ao menos R\$ 859.151 foram recebidos por um dos postos investigados, segundo a investigação do Gaeco. O valor, de transações de cartão na maquininha, era diretamente transferido para a BK Bank. (Com agências de notícias)

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250926>

Os contratos de rateio de custos na reforma tributária (Artigo)

Pedro Henrique Machado Federico

Opinião Jurídica

Em cenários econômicos desafiadores, as entidades corporativas buscam instrumentos que aumentem a sua eficiência administrativa, financeira e fiscal. Os cost sharing agreements (CSA), ou contratos de rateio de custos, há muito têm sido um meio adequado para que grupos econômicos nacionais e multinacionais avancem nesta frente, ao viabilizar a concentração de custos em uma única entidade, que é reembolsada pelas demais entidades do grupo participantes do acordo.

Contudo, a neutralidade e simplicidade fiscal desses instrumentos-essenciais à sua viabilidade -, estão ameaçadas pela **reforma tributária**, o que poderá implicar encarecimento do modelo.

Esses contratos têm como objetivo a reunião de recursos humanos e materiais para compartilhamento de utilidades. Não há remuneração ou margem de lucro, de modo que a entidade centralizadora das despesas não auferir qualquer acréscimo patrimonial ou riqueza nova quando é reembolsada. Há mero acerto de contas ou recomposição patrimonial. Tratam-se, portanto, de negócios jurídicos não onerosos, que não possuem atributos próprios de operações de mercado, diferenciando-os da prestação de serviços, a qual é remunerada por preço.

Ao longo dos anos, a Receita Federal reconheceu a validade desses instrumentos, firmando requisitos que, se cumpridos, afastam a incidência de Imposto de Renda, CSLL, PIS ou Cofins sobre os reembolsos recebidos pela entidade centralizadora, e garantem à todas as contratantes o direito à dedução ou creditamento das respectivas despesas, na proporção que lhes coube de acordo com o critério de rateio previamente ajustado.

A jurisprudência, por outro lado, permaneceu dividida por entendimentos opostos, ora afirmando que tais reembolsos devem ser tributados, inclusive pelo ISS, bem como que as entidades contratantes descentralizadas não podem deduzir ou creditar-se das despesas que reembolsaram; ora concluindo pela impossibilidade da tributação, reconhecendo ainda que as entidades podem deduzir ou creditar-se das

despesas de forma individualizada e proporcionalmente.

Com efeito, na **reforma tributária**, a Lei Complementar nº 214/25 instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), estabelecendo critério material que alcançará não somente as operações onerosas, mas também as não onerosas expressamente previstas em lei. Dentre as operações não onerosas sujeitas à tributação, estão expressamente previstas aquelas realizadas entre partes relacionadas.

De fato, os CSA são negócios jurídicos, de modo que as atividades sob ele praticadas constituem operações, realizadas entre partes relacionadas, que não podem ser caracterizadas como operações onerosas. Considerando, ainda, que centralizam atividades-meio, as quais em regra envolvem emprego de esforço humano - departamentos backoffice, que são colocados à disposição das contratantes, ou a disponibilização de bem imaterial, como softwares, por meio de gastos próprios incorridos pela entidade-mãe -, pode-se afirmar que há fornecimento, subsumindo-se à regra-matriz de incidência do IBS/CBS.

Excepcionam-se os casos em que a despesa centralizada se refere à contratação de um terceiro, pois a entidade-mãe atuará como mera intermediadora, que realiza o pagamento a conta e ordem de outrem.

Contudo, mesmo inexistindo fornecimento pela entidade-mãe em tal cenário, os reembolsos ainda assim deverão ser incluídos na base de cálculo desses **tributos**, pois a sua exclusão, nos termos atuais da LC nº 214/25, depende da emissão da documentação fiscal pelo terceiro fornecedor em nome do adquirente por conta e ordem de quem se realiza o pagamento-ou seja, em nome de cada uma das entidades descentralizadas, o que descaracterizaria o próprio mecanismo de centralização característico destes contratos.

A tributação dos reembolsos no âmbito dos CSA, na **reforma tributária**, é agravada em razão da ausência de neutralidade. Assim como entende a **Receita Federal** em relação ao PIS/Cofins, para fins de creditamento de IBS/CBS na operação centralizada, cada contratante- inclusive a entidade-mãe-tem o

direito de apurar créditos proporcionais ao seu próprio benefício, de acordo com o critério de rateio do CSA, limitado ao montante do tributo efetivamente recolhido, desde que também tenha assumido proporcionalmente o ônus financeiro da tributação. Esse é o entendimento mais adequado à luz da significação do termo "adquirente" prescrita pela lei complementar, que é o sujeito detentor do direito a crédito.

Daí exsurgem problemas para a entidade-centralizadora, que possivelmente não terá crédito suficiente para a neutralização da tributação dos reembolsos que perceberá, implicando em prejuízo ao seu fluxo de caixa e no encarecimento geral do modelo de cost sharing.

A tributação dos reembolsos demandará, ainda, a emissão de notas fiscais para acobertá-los - requisito para apuração de créditos de IBS/CBS, inclusive -, antes apenas objeto de notas de débito, atraindo a necessidade de reorganização operacional e risco de exigência do ISS por entes municipais durante o período de transição.

O aumento da carga tributária sobre essas operações e a insegurança a nível operacional exigem, dos grupos econômicos, estudos dos impactos ao orçamento e da eventual necessidade de remodelagem dos contratos vigentes, para além de adequações de compliance fiscal.

Com efeito, o desincentivo à centralização de custos e despesas prejudica a eficiência empresarial e influencia negativamente as decisões de agentes econômicos, o que ofende diretamente o princípio constitucional da neutralidade, outrora - e ainda hoje -, um pressuposto de validade da **reforma tributária**.

Pedro Henrique Machado Federico é advogado do Rolim, Goulart Cardoso.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações admaou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Os contratos de rateio de custos na **reforma tributária**

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Brasileiros não sabem o que é "isenção" do IR - ANDREA JUBÉ

ANDREA JUBÉ

Andréa Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras. E-mail: andrea.jube@valor.com.br

"Eu acredito no poder da palavra", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao responder perguntas dos jornalistas, no encerramento de sua participação na Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU). Ele está certo. A palavra, quando exata, informa, convence, concilia, emociona. Em síntese, comunica. Quando errada, confunde ou aliena.

A propósito, vem à memória uma crônica de Luís Fernando Veríssimo com o sugestivo título "Palavra". Começa assim: "Peguei meu filho no colo (naquele tempo ainda dava), apertei-o com força e disse que só o soltaria se ele dissesse a palavra mágica. E ele disse: - Mágica".

No mesmo texto, o escritor, morto há um mês, ensinou que "quem quer usara palavra não para fascinar, mas para transmitir um pensamento" tem o desafio de "fazer mágica sem truques". A palavra não pode ser mais importante do que o recado, alertou.

Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, que será apresentada aos diretores da instituição e à cúpula do Ff na próxima semana, identificou uma palavra que não está dando o recado esperado: boa parte dos brasileiros não sabe o que significa a palavra "isenção".

O presidente da fundação, Paulo Okamoto, disse em conversa com a coluna que o termo "isenção" realmente não faz parte da "linguagem do povo". A descoberta preocupa a comunicação petista e do governo porque a aprovação do projeto que "isenta" os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil por mês de pagarem Imposto de Renda (IR), a partir do ano que vem, é uma das principais apostas para turbinar a popularidade de Lula. Com a mudança, 10 milhões de brasileiros vão se livrar do tributo.

Okamoto ressaltou que esse é apenas um detalhe de uma pesquisa bem mais ampla, que foi a campo aferir como os brasileiros veem o governo Lula. Um dado positivo é de que os entrevistados têm conhecimento da campanha do governo sobre justiça tributária, para que ricos paguem mais **impostos** do que os pobres. A

recomendação, contudo, é que se encontrem alternativas para "isenção" ao fazer a divulgação da proposta. Recentemente, os perfis do PT compartilharam publicações com o slogan "Agenda do povo- LR. zero", mas o texto explicativo ainda menciona o projeto que "isenta" o trabalhador do tributo. Em outro esforço comunicativo, perfis do governo investem em uma animação, na qual "gatinhos" explicam aos seguidores as mudanças no IR.

O desconhecimento ou estranhamento relativo a "isenção" não deveria surpreender, diante de uma realidade em que 29% da população de 15 a 64 anos (3 a cada 10 brasileiros) são analfabetos funcionais, segundo pesquisa da Ação Educativa e consultoria Conhecimento Social, em parceria com as Fundações Itaú e Roberto Marinho, divulgada em maio. O analfabeto funcional é aquele que sabe ler, mas não compreende o sentido do texto. Retrato de uma sociedade onde dezenas de milhões se entretêm em plataformas de vídeos, como TikTok, Kwai e Twitch.

Já o levantamento Pulso Brasil, do Ipespe, divulgado na quinta-feira, mostrou que o desafio comunicacional vai além de uma palavra não coloquial. Ao serem questionados sobre as notícias recentes do governo Lula de que tiveram conhecimento, 64% dos entrevistados disseram não saber, ou não responderam. A notícia mais citada foi o tarifaço do presidente Donald Trump, mencionado por apenas 9% dos entrevistados, seguido da fraude no **INSS**, citada por 5%. O imposto zero para quem ganha até R\$ 5 mil só foi lembrado por 1% do universo pesquisado.

Após meses de paralisia, a proposta de isenção do IR voltou a tramitar nessa semana, quando o senador Renan Calheiros (MDB-AL), adversário fidalgo do deputado Arthur Lira (PP-AL), relatou e aprovou na Casa um projeto com o mesmo objetivo. Com o gesto de Renan, e os protestos que levaram multidões às ruas no domingo (21), contra a PEC da blindagem, a anistia, e cobrando a votação de propostas de interesse da sociedade, o relatório de Lira ao projeto do governo irá ao plenário.

Quando Lula mencionou sua crença na força das palavras, ele respondia a uma pergunta sobre sua eventual reunião com o presidente Donald Trump, que pode acontecer na próxima semana. Ele ponderou que

colocará sobre a mesa os problemas do Brasil, enquanto o americano deverá abordar os dilemas de seu país. Em seguida, afirmou sentir-se otimista porque simplesmente tem fé na humanidade. "Não sei quantos políticos no mundo acreditam na relação humana como eu. Eu acho que tudo pode ser resolvido quando duas pessoas conversam. Eu acredito muito no poder de convencimento das palavras."

A se confirmar esse encontro, presencial ou por vídeo, a teoria de Lula será testada porque será preciso mais do que palavras e diplomacia para tratar com o líder da maior potência global, que tem se revelado imprevisível.

Em fevereiro, Trump constrangeu o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, em pleno Salão Oval, bradando um tom acima que ele não estava "no direito de ditar nada". Meses depois, em maio, o alvo de Trump foi o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, a quem o americano acusou, sem provas, de promover um "genocídio contra pessoas brancas". Nem o carisma de Lula nem as metáforas sobre futebol deverão blindá-lo do imponderável no caso de Trump, que para piorar, nem gosta de futebol. Prefere golfe.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250926>

Ajustes na Esplanada dos Ministérios voltam à mira

Sofia Aguiar e Renan Truffi De Brasília

O desembarque da federação União Progressista da base aliada do governo Lula, anunciado há algumas semanas, reacendeu os debates no Palácio do Planalto sobre ajustes que podem ser feitos na Esplanada dos Ministérios. De olho nas eleições presidenciais de 2026, auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula Silva passaram a defender que essa janela de oportunidade seja utilizada para fazer acenos a siglas como PSD, MDB e PDT.

A defesa, feita nos bastidores, é que essas trocas fiquem centradas em basicamente três ministérios: Turismo, Esporte e, por fim, Pesca e Aquicultura. O caso do Turismo é o mais avançado, já que o ministro da pasta, Celso Sabino (União Brasil), deve formalizar sua saída do cargo ainda nesta semana. A expectativa era que Sabino se reunisse com Lula na quinta-feira (25), justamente para oficializar sua demissão, mas o encontro acabou não acontecendo.

Apesar desse anúncio estar pendente, interlocutores da cúpula do governo já estão defendendo, nos corredores, que Lula aproveite a saída dele para oferecer o Ministério do Turismo para o PSD, de Gilberto Kassab, ideia que chegou a ser especulada no passado. Caso essa hipótese prevaleça, o nome mais cotado para substituir Sabino é o do ministro André de Paula (PSD-PE), que hoje está à frente do Ministério da Pesca.

A partir dessa troca, uma outra modificação poderia ser feita, segundo interlocutores. A estratégia, neste sentido, seria oferecer a pasta da Pesca para o PDT, partido da base aliada que mantinha proximidade com o governo, mas se distanciou do Planalto nos últimos tempos.

As rugas com a sigla começaram depois que Lula anunciou a saída de Carlos Lupi, principal dirigente do PDT, do Ministério da **Previdência Social**-na esteira do escândalo que atingiu em cheio o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Um dos nomes cotados para representar o PDT na Esplanada, se essa configuração ganhar força, é o deputado André Figueiredo(CE), cujo berço eleitoral, oCeará, é considerado prioritário na estratégia eleitoral de Lula para o pleito de 2026.

Há ainda o caso do Ministério do Esporte, que atualmente está sob o comando do ministro André Fufuca (PP-MA), outro parlamentar proveniente da federação União Progressista.

Diante da iminente saída dele da Esplanada por conta da pressão feita pelo partido, assessores próximos a Lula vêm defendendo, em condição de anonimato, que a pasta seja oferecida ao MDB, legenda que tem forte ligação com Lula no Norte e Nordeste, mas mantém distância em suas bases no Sul e Sudeste do país. A oferta tem relação com o fato de que, nos bastidores, dirigentes emedebistas já deixaram claro que não têm interesse em assumir pastas menores, como é o caso justamente do Turismo.

Paralelamente a esse movimento, existe também a possibilidade de uma quarta troca a ser feita por Lula. Neste caso, o alvo seria o ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macedo (PT-SE), responsável pela interlocução com movimentos sociais.

A possível substituição dele tem menos relação com a composição do governo no Congresso e mais com o "aquecimento" para a corrida eleitoral do ano que vem. Neste caso, a ideia é emplacar o deputado federal Guilherme Boulos (Psol-SP) na SG, como forma de reorganizar o eleitorado progressista. O motivo é que Boulos tem forte engajamento tanto nas redes sociais como junto à sociedade civil (ver acima).

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250926>

Fundos de pensão buscam consolidação

Com o número de participantes e o patrimônio praticamente estagnados nos últimos anos, os fundos de pensão estão buscando novas estratégias para não encolher. Depois de um período de consolidação de 2018 a 2020, em que empresas com planos próprios buscaram entidades multipatrocinadas para gerir seus fundos, o setor agora vive uma nova onda. Desta vez, porém, as negociações envolvem entidades já multipatrocinadas buscando outras maiores também com múltiplos patrocinadores em busca de mais eficiência e menor custo.

"Estamos com uma procura aquecida de entidades que querem fazer esse movimento, e a tendência é de aceleração", diz Tiago Calçada, diretor da área de wealth da Mercer Brasil, uma das grandes consultorias que atendem ao setor. Segundo ele, no momento a empresa está em conversas com mais de 20 entidades que avaliam ter os planos incorporados e dez que querem se tornar "consolidadoras".

"É uma tendência os patrocinadores e instituidores das entidades fechadas de **previdência complementar** (EFPC) aderirem aos planos de benefícios multipatrocinados já existentes, o que proporciona ganhos de escala e menores custos administrativos", afirma Devanir Silva, diretor-pre-sidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp). "A pescaria agora não é mais no aquário da sua empresa, é em mar aberto. Esse vai ser o caminho de expansão do setor." Segundo dados compilados pela Abrapp, com base em relatório da Previc, o número de planos com apenas um patrocinador caiu de 494 em dezembro de 2020 para 477 em setembro de 2025, o que a entidade avalia como "uma redução em linha com o processo de consolidação do setor." Em contrapartida, os planos multipatrocinados cresceram de 563 para 608 no período. Os planos instituídos aumentaram de 85 para 98, com um total de ativos que subiu 79%, de cerca de R\$ 14 bilhões no fim de 2020 para R\$25 bilhões no início de 2025.

Os fundos instituídos são aqueles em que existe a figura do insti-tuidor, responsável por criar e oferecer o plano, mas que não tem obrigação de contribuir financeiramente para ele. Diferem, portanto, dos planos patrocinados, em que o empregador (patrocinador) contribui regularmente em conjunto com os empregados. Um exemplo clássico de plano instituído é aquele criado por associações profissionais ou de classe, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Silva comenta que mais recentemente surgiu a

inovação dos planos instituídos corporativos.

"Estamos com uma procura aquecida de entidades que querem fazer esse movimento, e a tendência é acelerar" Tiago Calçada No quadro geral, o total de entidades fechadas de previdência (EFPC) caiu de 299 para 270. Apesar disso, o número de planos cresceu, passando de 1.121 para 1.170. No primeiro trimestre de 2025, a captação líquida do setor de **previdência complementar** foi de R\$ 84,4 bilhões (cerca de 0,7% do **PIB** Nacional), 3,7% a menos que no mesmo período de 2024. No total, as entidades têm R\$ 1,3 trilhão em ativos, 11 % do **PIB**.

O presidente da Abrapp comenta que o conceito de fundo multi-patrocinado sempre esteve ligado a instituições financeiras, mas hoje isso está mudando. Ele dá como exemplo a Vivest, a Fundação Copei e a Itajubá. "Os fundos estão se estruturando, criando áreas comerciais e atuando de maneira forte para mudar sua estratégia. O conservadorismo atrapalha o crescimento e estamos desafiando o setor a pensar no novo." A Fundação Copei deu início ao plano estratégico de se tornar uma incorporadora de fundos de pensão. Com mais de R\$ 15,2 bilhões em patrimônio administrado e mais de 20 mil participantes, a entidade paranaense absoiveu mais 5,6 mil associados e R\$ 207 milhões em ativos do fundo de previdência Mais Futuro, criado para atender aos funcionários do Grupo JMalucelli. Segundo Ana Letícia Feller, presidente da fundação, outras entidades já estão sendo avaliadas e a expectativa é em quatro anos subir para 12º lugar no ranking nacional do setor.

Já a Vivest, maior entidade do país de patrocinadores privados e quarta maior em geral, percebeu em 2018 que a consolidação entre fundos iria tomar corpo no país e em 2019 começou a se estruturar para o momento, conta Walter Mendes, presidente da fundação. Na época, o plano, criado há mais de 60 anos para atender aos funcionários da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), já tinha embaixo de seu guarda-chuva nove patrocinadores. "Éramos candidatos claros a ser consolidadores", diz Mendes. Em 2019, a fundação incorporou o plano de saúde da Sabesp e, em 2022, deslançou, com Ford, Roche e Alparagatas.

De acordo com o executivo, o objetivo é absorver planos acima de R\$400 milhõese sem risco adicional, ou seja, a entidade tem que ter o mesmo padrão de reputação e risco da Vivest. A fundação também dá

preferência a empresas sem controle estatal, para não ter risco político. Pelos estudos da Vivest, hoje 90 fundações se encaixam nesse perfil. A meta é incorporar no mínimo R\$ 600 milhões por ano. "Quanto mais pudermos trazer, melhor para ter garantia de sustentabilidade a longo prazo." No total, atualmente são R\$ 42 bilhões sob gestão.

Tiago Calçada, da Mercer Brasil, comenta que até 2020 via as patrocinadoras resistentes a entrar em uma entidade multipatrocinada, e agora a visão mudou. Mas a consultoria também já atendeu a entidades que avaliaram a migração e decidiram seguir sozinhos. Calçada cita a pesquisa da Mercer com mil empresas que mostrou que 53% têm plano de previdência. Enfie as que não têm, metade pretende implementar nos próximos anos. "O segmento fechado vem evoluindo e profissionalizando seivços, mas ainda assim empresas optam pela flexibilidade de regras e no relacionamento com as seguradoras, optando por um fundo aberto."

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

CPI apura repasse de R\$ 1,6 milhão para irmã de Careca do INSS por suposto ex-sócio

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura fraudes no **INSS** investiga um repasse de R\$ 1,6 milhão para a irmã do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, mais conhecido como o Careca do **INSS**. A quantia foi depositada por Rubens Oliveira Costa, apontado pela Polícia Federal como ex-sócio de Antunes.

A informação sobre a transferência consta em uma comunicação de operação financeira de um Relatório de Inteligência Financeira (RIF) produzido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O documento compõe investigação da Polícia Federal sobre o esquema de fraudes do **INSS**.

O valor foi depositado para Clélia Antunes, a irmã de Careca do **INSS**, em julho de 2020, segundo requerimento feito pelo relator da CPI, Alfredo Gaspar (União-AL). Por regra, os bancos precisam comunicar ao Coaf operações com indícios de serem ocorrências de lavagem de dinheiro ou outro ilícito. A reportagem ligou e enviou e-mail para Clélia, mas ela não respondeu aos contatos. A defesa de Antunes também não se manifestou.

Em nota, o advogado Bernardo Simões Coelho, que faz a defesa de Rubens, afirmou que seu cliente somente passou a prestar serviços para o senhor Antônio Carlos Camilo Antunes em julho de 2022, não tendo, portanto, qualquer relação com supostos pagamentos que teriam ocorrido em 2020. De toda forma, mantém-se à disposição do inquérito para prestar esclarecimentos sobre fatos de que tenha conhecimento, reafirmando seu compromisso com a Justiça, pontuou.

Durante seu depoimento à CPI nesta quinta-feira, Careca do **INSS** chegou a ser questionado sobre a irmã pelo relator, mas se recusou a responder as perguntas.

A CPI já convocou para depor o filho e a mulher de Careca do **INSS**, por entender que eles fazem parte do suposto esquema de lavagem de dinheiro usado pelo empresário. O relator da comissão também apresentou um requerimento para ouvir Clélia, mas ainda não foi apreciado.

No pedido, Gaspar ressalta que Rubens é um dos investigados no âmbito da Operação Sem Desconto por ser sócio de diversas empresas ligadas ao Careca do **INSS**. A informação também consta na investigação da Polícia Federal, mas é negada por Rubens. Em depoimento à CPI na última segunda-feira, ele afirmou que nunca foi sócio de Antônio.

- Jamais fui sócio de qualquer empresa ao lado do senhor Antônio Camilo. Atuei em apenas quatro de suas empresas, no papel de administrador financeiro, e nada além disso. Fui contratado como funcionário pelo senhor Antônio, recebendo salário. Jamais recebi qualquer comissão, dividendos ou qualquer outra remuneração além do salário combinado. Exceto nos últimos quatro meses de trabalho, onde recebi uma pequena gratificação em razão do aumento da carga de trabalho - disse na ocasião.

Na época que a transferência teria sido feita, Clélia era servidora pública federal, ocupando cargo no Ministério das Cidades. Ela deixou a pasta em julho deste ano, quando se aposentou por tempo de serviço. Segundo a pasta, ela era servidora há mais de 30 anos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/09/26/cpi-apura-repasse-de-r-16-milhao-para-irma-de-careca-do-inss-por-suposto-ex-socio.ghtml>

Trump inaugura nos EUA o neoliberalismo de mercado nacional , diz economista

O Brasil é um dos países da América Latina que mais reduziram sua desigualdade nos últimos 20 anos, período em que a região como um todo foi na contramão do mundo ao mitigar sua disparidade de renda, diz o economista sérvio-americano Branko Milanovic, um dos maiores especialistas em desigualdade do mundo.

Ele afirma que a proposta de taxar os super-ricos em discussão no Congresso pode reduzir ainda mais a desigualdade brasileira, ainda que seja preciso avaliar se a mudança poderá suscitar fuga de capital para o exterior .

Não há qualquer dúvida de que a reforma [do Imposto de Renda] reduziria a desigualdade , diz Milanovic, em entrevista à BBC News Brasil.

O argumento, eu suponho, do outro lado, é que é preciso considerar se isso realmente teria um efeito positivo na economia - o que eu acho que teria -, ou se os ricos esconderiam seu dinheiro, se eles colocariam o dinheiro no exterior e coisas assim , pondera.

Muitas vezes isso foi usado como uma ameaça, mas na realidade isso não se concretizou porque essas pessoas ainda ganham mais dinheiro no Brasil do que colocando o dinheiro em outro lugar , diz o professor da City University of New York (Cuny), que foi economista-chefe do departamento de pesquisa do Banco Mundial por quase 20 anos.

A reforma do IR prevê a ampliação da faixa de isenção do imposto para R\$ 5 mil, uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O projeto prevê ainda um desconto parcial para rendimentos entre R\$ 5 mil e R\$ 7,35 mil.

Para compensar a perda de arrecadação com o aumento da isenção, o governo propõe tributar progressivamente quem ganha mais de R\$ 600 mil por ano em até 10%, alíquota máxima aplicada a rendas anuais a partir de R\$ 1,2 milhão; e taxar na fonte em 10% lucros e dividendos distribuídos por empresas a seus acionistas acima de R\$ 50 mil mensais, inclusive dividendos enviados para o exterior.

A proposta teve urgência aprovada e agora pode ser votada diretamente no plenário da Câmara, mas a votação foi adiada enquanto os deputados aceleraram

a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende blindar parlamentares de processos criminais, conhecida como PEC da Blindagem .

Em livro lançado recentemente no Brasil - Visões da desigualdade: Da Revolução Francesa até o fim da Guerra Fria (Todavia, 2025) - Branko Milanovic discute por que durante anos, no período da Guerra Fria , a desigualdade desapareceu como tema dos estudos econômicos.

O economista faz isso ao traçar uma história do pensamento ocidental sobre a desigualdade, através das obras de seis autores clássicos: François Quesnay, Adam Smith , David Ricardo, Karl Marx , Vilfredo Pareto e Simon Kuznets. Para cada um deles, faz uma pergunta hipotética: O que seu trabalho revela sobre a distribuição de renda como ela existe em sua época, e como e por que ela pode mudar?

Milanovic explica a importância dessa análise histórica: Primeiro, é importante porque são autores canônicos. Em segundo lugar, porque vemos como a visão da desigualdade está sendo moldada pelas condições da época de cada um deles.

E terceiro, é importante para nós agora para que percebamos que realmente esquecemos completamente dois aspectos importantes da desigualdade. Um é a estrutura de classes, e o segundo é o surgimento da elite , considera o economista.

À BBC News Brasil, Milanovic antecipou ainda o debate de seu novo livro, que deverá ser lançado nos Estados Unidos em novembro, *The Great Global Transformation: National Market Liberalism in a Multipolar World* (A Grande Transformação Global: Liberalismo de Mercado Nacional em um Mundo Multipolar , em tradução livre, que será lançado no Brasil pela Todavia em 2026).

Nele, o economista discute como a ascensão da Ásia nas últimas décadas - principalmente da China , mas também de países como Índia, Indonésia e Vietnã - redesenhou o topo de renda global, levando a uma crescente insatisfação das classes médias de países desenvolvidos, que resultou na eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e em instabilidades

diversas na Europa.

O especialista explica também porque considera Trump um neoliberal otimista e, ao mesmo tempo, um mercantilista na política externa.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - Seu livro *Visões da Desigualdade* foi publicado recentemente no Brasil. Então, para começar, gostaria de lhe fazer a mesma pergunta hipotética que você fez aos seis autores clássicos: o que seu livro revela sobre a distribuição de renda em nosso tempo e como e por que ela pode mudar?

Branko Milanovic - Basicamente, quando você analisa esses autores com a perspectiva de observar ou interpretar como eles pensavam sobre desigualdade de renda, você tem que fazer um pouco da sua própria interpretação porque autores (que vieram) antes de [Vilfredo] Pareto - o que significa [François] Quesnay, [Adam] Smith, [David] Ricardo e [Karl] Marx - não tinham realmente o que consideramos desigualdade de renda como seu foco principal.

Então o que se aprende é que, para eles, a distribuição de renda se resumia essencialmente a distribuição entre classes.

Portanto, seja você um proprietário de terras, capitalista ou trabalhador, determinar sua posição na distribuição de renda e estudar a distribuição de renda entre indivíduos significava estudar quanto da produção ou renda total iria de fato para os proprietários de terras, quanto para os capitalistas, quanto para os trabalhadores.

Era um estudo muito orientado por classes, o que eu acho que desapareceu hoje em dia, em parte por causa da influência política de que não devemos estudar classes, em parte por causa da mudança na estrutura da economia neoclássica.

Então, quando chegamos a Pareto, há a introdução da desigualdade interpessoal, ela substitui a desigualdade entre classes.

Mas, para Pareto, o que aparece é uma elite no topo. Como você sabe, na verdade, os economistas não estudavam as elites até recentemente.

E então, finalmente, temos [Simon] Kuznets. Para quem as desigualdades eram o resultado da divergência de renda e produtividade entre agricultura e manufatura, entre áreas rurais e áreas urbanas. Então essa seria, em poucas palavras, a história dos seis autores.

BBC News Brasil - E por que isso é importante?

Milanovic - Primeiro, é importante porque obviamente eles são autores canônicos.

Em segundo lugar, é importante porque você vê como a visão da desigualdade está sendo moldada pelas condições da época para cada um deles.

E terceiro, é importante para nós agora para que percebamos que realmente esquecemos completamente de dois aspectos importantes da desigualdade.

Um é a estrutura de classes da desigualdade, e o segundo é o surgimento da elite.

BBC News Brasil - E qual é a implicação de esquecermos esses dois aspectos importantes?

Milanovic - A implicação é que devemos perceber que a economia neoclássica, que prevaleceu da década de 1970 até provavelmente 2010, realmente ignorou, em grande medida, as questões da desigualdade de renda.

Como menciono no livro, isso se aplica menos à América Latina [Milanovic menciona no livro os economistas estruturalistas latino-americanos, como Celso Furtado, e outros autores do terceiro mundo, como o egípcio Samir Amin, como exceções à regra de ignorar a concentração de renda durante a Guerra Fria].

Isso porque a ignorância sobre essa questão nos países capitalistas se deveu essencialmente, em primeiro lugar, à Guerra Fria, quando houve uma tentativa dos EUA de afirmar que não havia classes no país.

O segundo elemento foi o financiamento da pesquisa por pessoas muito ricas. E pessoas ricas obviamente não gostam de pesquisas sobre desigualdade.

E a terceira razão foi a mudança na economia neoclássica, onde na verdade não se estudava mais classes, mas o que é chamado de agentes, e agentes são, por definição, iguais. Alguns têm mais capital, alguns menos, mas é irrelevante.

Então, por essas três razões, não estudávamos, e a implicação é que deveríamos analisar por que os estudos sobre distribuição de renda foram deixados de lado. É essencialmente porque as pessoas não queriam estudar, por razões políticas, as elites e a estrutura de classes.

BBC News Brasil - E por que foi diferente na América

Latina?

Milanovic - A América Latina foi uma exceção, em primeiro lugar, porque a desigualdade é tão óbvia na região. Então as pessoas estudaram isso por muitos anos. Na verdade, há cerca de 100 anos de história de estudos da desigualdade de renda na América Latina, incluindo o Brasil.

Em segundo lugar, porque as pressões da Guerra Fria para afirmar que não se tratava de uma sociedade baseada em classes eram muito menores. As pressões da Guerra Fria eram mais fortes nos países do Leste Europeu, que tinham que afirmar que tinham abolido sua estrutura de classes.

E, nos EUA, isso ocorreu em meio à luta com a União Soviética na Guerra Fria.

BBC News Brasil - Então, trazendo a conversa para o Brasil. O país está atualmente debatendo sua reforma do Imposto de Renda mais significativa em décadas, que deve isentar ou reduzir **impostos** para 90% da população e aumentá-los para os mais ricos. Como o senhor vê essa reforma e como ela posiciona o Brasil no debate global sobre desigualdade?

Milanovic - O que foi interessante na América Latina - por que a América Latina foi diferente [das demais regiões] nos últimos 20, 25 anos - é que, se você observar os dados de pesquisas domiciliares, todos os países registraram um declínio significativo na desigualdade.

O Brasil é ainda mais impressionante na redução da desigualdade, mas isso também é verdade para o México, Chile, Peru. Acho que o único país em que isso não aconteceu foi a Colômbia.

Isso ainda faz da América Latina um continente com grande desigualdade, porque [esse declínio] começou a partir de um nível muito alto - no caso do Brasil, o coeficiente de Gini [indicador de desigualdade de renda que varia de 0 a 100, sendo 100 a desigualdade máxima] era de 60 e caiu para algo como 48 ou algo assim. Então é um declínio muito significativo.

Mesmo quando os pesquisadores ajustaram isso para a subnotificação [de renda] no topo [no Brasil, em trabalhos com os de Pedro Ferreira de Souza, Marc Morgan, Sérgio Gobetti e, mais recentemente, Gabriel Zucman] - porque é verdade que as pessoas muito ricas, que são poucas em número, não são incluídas nas pesquisas, que são limitadas e tendem a subestimar suas rendas.

Então, mesmo quando você ajusta isso, você ainda encontra um declínio na desigualdade de renda,

embora seja um declínio menor.

Então, nesse sentido, a América Latina é um continente atípico, porque tinha um nível de desigualdade alto, mas ele diminuiu.

É interessante que a desigualdade no Brasil agora é apenas um pouco maior que na China. É um ponto muito interessante. Se você olhar, 20 anos atrás, a desigualdade no Brasil era significativamente maior que a da China.

Então acredito que há forças econômicas por trás disso, não acho que seja só uma questão política. Na verdade, no Brasil, o declínio começou ainda no governo [Fernando Henrique] Cardoso. Obviamente, Lula foi muito importante, mas acho que começou antes de seu primeiro mandato.

BBC News Brasil - Mas o senhor está acompanhando a reforma atual que está sendo discutida no Congresso brasileiro? Acredita que ela pode reduzir ainda mais essa desigualdade?

Milanovic - Não há qualquer dúvida de que a reforma reduziria a desigualdade.

O argumento, eu suponho, do outro lado, é que é preciso considerar se isso realmente teria um efeito positivo na economia - o que eu acho que teria -, ou se os ricos esconderiam seu dinheiro, se eles colocariam o dinheiro no exterior e coisas assim.

Mas acho que não há dúvida de que, se houver uma reforma séria que afete os 10% mais ricos do Brasil, que são realmente muito ricos, reformando a tributação, essa reforma reduziria a desigualdade.

BBC News Brasil - Isso nos leva à minha próxima pergunta. À medida que a reforma avança no Congresso, vemos uma resistência crescente por parte das empresas, uma vez que ela inclui a tributação de dividendos, que atualmente são isentos no Brasil. E também há esse medo de que os ricos possam deixar o país devido aos **impostos** mais altos, como o senhor mesmo mencionou. Como vê esse tipo de resistência sempre que políticas para reduzir a desigualdade são propostas?

Milanovic - É compreensível que sempre haverá resistência, porque políticas que reduzem a desigualdade tendem obviamente a afetar mais pessoas com rendas mais altas. Então, essas pessoas com rendas mais altas, especialmente aquelas com maior riqueza, resistem a isso.

E a resistência deles é vista fortemente na imprensa porque eles têm influência na mídia, eles têm

influência sobre o que outras pessoas pensam.

A resistência das pessoas mais pobres é muito mais difícil de ver na mídia e nas notícias, porque as pessoas pobres não têm a mesma influência que as pessoas ricas.

Então, o fato de eles [os ricos] se oporem não é uma surpresa. Agora, a pergunta que se deve fazer, e eu realmente não sei a resposta, é se essa ameaça da chamada greve de capital ou de saída de capital do país é uma ameaça real ou não.

Muitas vezes isso foi usado como uma ameaça, mas na realidade isso não se concretizou porque essas pessoas ainda ganham mais dinheiro no Brasil do que colocando o dinheiro em outro lugar.

Mas não há dúvida de que uma **reforma tributária** que fizesse uma mudança significativa ou um aumento na alíquota máxima do imposto, reduziria a desigualdade. Eu acho que é algo óbvio. A questão é se isso é viável e se teria outros efeitos que não seriam necessariamente bons.

BBC News Brasil - O senhor deve lançar um novo livro em breve, *The Great Global Transformation*. Sobre o que ele trata e como pode nos ajudar a entender o mundo após Trump?

Milanovic - É um livro sobre a ascensão da Ásia. Principalmente da China, é claro, mas também de outros países asiáticos, como Índia, Indonésia, Vietnã e assim por diante.

Os países asiáticos aumentaram suas rendas e seu poder econômico muito mais do que o resto do mundo. Isso produziu questões em dois níveis: é uma grande redistribuição de poder econômico, o que implica numa redistribuição de poder político e até militar; e levou ao conflito entre EUA e China.

Então documentei essa mudança drástica no poder econômico que ocorreu nos últimos 40 anos. E essa mudança dramática de poder entre Estados tem implicações na renda das pessoas.

Muitos chineses tiveram um aumento na sua renda e ultrapassaram pessoas de países ocidentais que estiveram no topo da distribuição global de renda por quase 200 anos. E isso teve impacto na estabilidade política interna de países ricos.

Então o objetivo do livro é explicar que os processos de recalibração do poder econômico entre a Ásia e o resto do mundo tiveram efeito na estabilidade geopolítica, mas também na estabilidade interna dos países.

Há uma mudança no poder econômico entre os países que se traduz na mudança nas posições de indivíduos pertencentes a diferentes países em uma ordem global.

Agora, se as classes médias dos países ocidentais caem na ordem global, elas ficam insatisfeitas. E a única maneira de manifestar essa insatisfação é na esfera política. E isso levou a Trump e a muitos outros tipos de instabilidade na Europa.

BBC New Brasil - Um dos elementos mais famosos do seu trabalho é a curva do elefante, que levou o debate sobre desigualdade do nível nacional para o global. Como esse gráfico nos ajuda a entender o conflito atual entre a China e os EUA e a ascensão de Trump ao poder?

Milanovic - Essencialmente, o gráfico é o ponto de partida de tudo isso. O gráfico, como você sabe, representa as diferenças nas taxas de crescimento [da renda para as diferentes faixas de renda no mundo, entre 1988 e 2008].

Então, o que o livro faz é ir além. Ele explica essa grande mudança, que é muito semelhante à Revolução Industrial.

Essencialmente, na Revolução Industrial, a Europa, os EUA e o Japão se tornaram muito mais poderosos economicamente e, com isso, muito mais poderosos política e militarmente. Não haveria colonialismo sem a Revolução Industrial.

Agora temos uma revolução tecnológica reversa, onde a Ásia se torna muito mais importante politicamente e economicamente. Isso leva ao conflito pela hegemonia entre EUA e China e talvez outros países como Índia, Rússia, Brasil e assim por diante.

Mas no nível individual, isso leva ao diferencial nas taxas de crescimento das rendas e à substituição de parte da elite global, que é inteiramente ocidental, por uma nova elite, que vem de grandes países asiáticos e de países como, por exemplo, o Brasil.

A elite brasileira do 1% mais rico sempre esteve no 1% mais rico do mundo, mas isso não era importante o suficiente para fazer uma diferença tão grande para as outras elites ocidentais.

Mas, quando você tem 1,4 bilhão de chineses, 1% deles são 14 milhões. Então, na verdade, é uma mudança muito significativa.

BBC News Brasil - Esse famoso gráfico mostra as tendências globais de desigualdade até 2008. Que

formato ele teria hoje, se fosse estendido até 2025? O que aconteceu com a desigualdade global após a pandemia?

Milanovic - Na verdade, eu estendi os dados até 2023. O que aconteceu é que a forma da curva mudou.

Bem, duas coisas não mudaram. O crescimento das classes médias globais continua, o baixo crescimento da classe média alta dos países ocidentais continua. Mas o topo da distribuição de renda cresceu a taxas muito menores do que antes da crise financeira [de 2008]. Então isso mudou.

BBC News Brasil - Em artigos recentes, o senhor se referiu a Trump como um neoliberal otimista . Por que o senhor o considera um neoliberal, sendo que ele tomou várias medidas de intervenção na economia dos EUA, adotou políticas comerciais protecionistas e elevou gastos do governo?

Milanovic - Na verdade, isso faz parte do livro. É preciso diferenciar - e isso infelizmente não tem sido diferenciado o suficiente até agora - neoliberalismo doméstico e neoliberalismo no exterior.

Se você olhar para Trump, ele desregulamentou coisas. Ele reduziu **impostos**. Ele quer um Estado menor e **impostos** mais baixos sobre o capital. Ele quer **impostos** mais baixos para os ricos.

Então, todas essas são medidas neoliberais em âmbito doméstico.

Internacionalmente, ele é um mercantilista. Portanto, temos que distinguir entre o neoliberalismo interno e o neoliberalismo externo. Ele se livrou do neoliberalismo no exterior, mas, na verdade, aprofundou o neoliberalismo doméstico.

E é por isso que o subtítulo do livro é o que eu chamei de liberalismo de mercado nacional .

É um neoliberalismo que agora se aplica apenas ao mercado interno, não se aplica nem mesmo à esfera social interna, onde ele é contra todas as políticas de ação afirmativa, políticas de igualdade, e tudo o mais. E não se aplica de forma alguma à arena internacional.

Então é por isso que eu acredito e argumento que ele ainda é neoliberal no âmbito doméstico, não neoliberal no âmbito internacional.

BBC News Brasil - E quanto ao confronto entre Trump e o Federal Reserve [o Banco Central dos EUA]? Como isso se encaixa na sua interpretação de que ele é um neoliberal?

Milanovic - A independência do Banco Central foi originalmente um projeto neoliberal, datado de 50 anos atrás. E era um projeto neoliberal cujo objetivo era deixar parte da tomada de decisões econômicas fora do controle popular, porque eles tinham medo que partidos sociais-democratas, socialistas, comunistas e outros vencessem.

E se eles vencessem, a formulação de políticas econômicas seria politizada. E o interesse deles, que na verdade era o interesse na proteção do capital, não seria seguido.

Então, a ideia da independência do Banco Central sempre foi uma ideia da direita, cujo objetivo era afirmar que se tratava de um domínio profissional, restrito, de especialistas, que não deveria estar sujeito ao controle do Legislativo ou Executivo.

Então isso era fruto de um sentimento de pessimismo, de que eles não seriam capazes de permanecer no governo e no controle.

Trump não é pessimista. Na verdade, ele é um otimista. Ele acredita que agora estamos no poder e permaneceremos no poder. Então não há razão alguma para eu não controlar o Fed, porque acredito que seremos capazes de controlá-lo de qualquer maneira .

Então, eu vejo isso como a diferença entre neoliberais mais cautelosos e pessimistas, que queriam ter certeza de que os bancos centrais não seriam vítimas de medidas populistas ou socialistas, e alguém que acredita que nunca seria vítima disso porque nós é que vamos governá-lo .

BBC News Brasil - E qual o senhor acha que pode ser o resultado desse confronto?

Milanovic - Eu realmente não sei, não sou um macroeconomista. Só estou explicando o que acredito ser a razão ideológica por trás disso.

Porque as pessoas que são macroeconomistas, cujos conhecimentos de história e ideologia são muito fracos, se convenceram de que bancos centrais independentes devem ter existido desde sempre e devem permanecer assim para sempre.

Então o que eu estava tentando fazer - usando, o livro *Globalistas* , de Quinn Slobodian [Enunciado Publicações, 2022], sobre a ascensão do pensamento neoliberal - era explicar ideologicamente por que temos um banco central independente. Isso não caiu do céu, surgiu de uma tomada de decisão política.

E, a propósito, isso também é verdade sobre a independência dos bancos centrais na maioria dos países, porque essa ideia foi muito fortemente promovida nas décadas de 1980 e 1990. E, em muitos países, foi quase totalmente aceita pelas elites nacionais pelas mesmas razões explicadas.

E é verdade que, em muitos países, os bancos centrais se tornaram independentes. Mas isso também significou que eles não tinham supervisão democrática. Esse era o ponto.

BBC News Brasil - Com as nações mais pobres enfrentando tarifas mais altas do que as nações mais ricas sob o governo Trump, isso pode afetar as tendências globais de desigualdade de alguma forma nos próximos anos?

Milanovic - Pode, mas não tenho muita certeza de quanto. Li que a Índia [contra quem Trump impôs tarifas de 50%, similares às do Brasil] seria afetada significativamente, em 1,5% do **PIB**.

Mas não se deve perder muito tempo com as tarifas de Trump porque elas podem mudar na semana que vem. Então não sabemos realmente. Acho que para ele é um jogo. Ele aumenta a tarifa e então ganha outras coisas de você. E então diz: Ok, agora vou diminuir as tarifas .

Então eu acho que as pessoas gastam muito tempo estudando ou falando sobre alguma coisa, que na semana seguinte se torna irrelevante.

BBC News Brasil - É bastante relevante para o Brasil no momento, porque fomos taxados em 50%. Então, para nós é um tópico bastante significativo no momento.

Milanovic - Eu vi esse número para a Índia e certamente terá um impacto no Brasil. Provavelmente de cerca de 1% do **PIB**, e isso não é desprezível.

Um crescimento mais lento provavelmente seria ruim para a desigualdade no Brasil e para a desigualdade no mundo. Mas isso não é significativo.

A desigualdade no mundo é um fenômeno grande demais e mesmo as tarifas de Trump não serão vistas com tanta clareza [no horizonte maior de tempo]. E, como eu disse, não acho que elas vão durar.

O Brasil é um dos países da América Latina que mais reduziram sua desigualdade nos últimos 20 anos, período em que a região como um todo foi na contramão do mundo ao mitigar sua disparidade de renda, diz o economista sérvio-americano Branko Milanovic, um dos maiores especialistas em

desigualdade do mundo.

Ele afirma que a proposta de taxar os super-ricos em discussão no Congresso pode reduzir ainda mais a desigualdade brasileira, ainda que seja preciso avaliar se a mudança poderá suscitar fuga de capital para o exterior .

Não há qualquer dúvida de que a reforma [do Imposto de Renda] reduziria a desigualdade , diz Milanovic, em entrevista à BBC News Brasil.

O argumento, eu suponho, do outro lado, é que é preciso considerar se isso realmente teria um efeito positivo na economia - o que eu acho que teria -, ou se os ricos esconderiam seu dinheiro, se eles colocariam o dinheiro no exterior e coisas assim , pondera.

Muitas vezes isso foi usado como uma ameaça, mas na realidade isso não se concretizou porque essas pessoas ainda ganham mais dinheiro no Brasil do que colocando o dinheiro em outro lugar , diz o professor da City University of New York (Cuny), que foi economista-chefe do departamento de pesquisa do Banco Mundial por quase 20 anos.

A reforma do IR prevê a ampliação da faixa de isenção do imposto para R\$ 5 mil, uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O projeto prevê ainda um desconto parcial para rendimentos entre R\$ 5 mil e R\$ 7,35 mil.

Para compensar a perda de arrecadação com o aumento da isenção, o governo propõe tributar progressivamente quem ganha mais de R\$ 600 mil por ano em até 10%, alíquota máxima aplicada a rendas anuais a partir de R\$ 1,2 milhão; e taxar na fonte em 10% lucros e dividendos distribuídos por empresas a seus acionistas acima de R\$ 50 mil mensais, inclusive dividendos enviados para o exterior.

A proposta teve urgência aprovada e agora pode ser votada diretamente no plenário da Câmara, mas a votação foi adiada enquanto os deputados aceleraram a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende blindar parlamentares de processos criminais, conhecida como PEC da Blindagem .

Em livro lançado recentemente no Brasil - Visões da desigualdade: Da Revolução Francesa até o fim da Guerra Fria (Todavia, 2025) - Branko Milanovic discute por que durante anos, no período da Guerra Fria , a desigualdade desapareceu como tema dos estudos econômicos.

O economista faz isso ao traçar uma história do pensamento ocidental sobre a desigualdade, através

das obras de seis autores clássicos: François Quesnay, Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Vilfredo Pareto e Simon Kuznets. Para cada um deles, faz uma pergunta hipotética: O que seu trabalho revela sobre a distribuição de renda como ela existe em sua época, e como e por que ela pode mudar?

Milanovic explica a importância dessa análise histórica: Primeiro, é importante porque são autores canônicos. Em segundo lugar, porque vemos como a visão da desigualdade está sendo moldada pelas condições da época de cada um deles.

E terceiro, é importante para nós agora para que percebamos que realmente esquecemos completamente dois aspectos importantes da desigualdade. Um é a estrutura de classes, e o segundo é o surgimento da elite, considera o economista.

À BBC News Brasil, Milanovic antecipou ainda o debate de seu novo livro, que deverá ser lançado nos Estados Unidos em novembro, *The Great Global Transformation: National Market Liberalism in a Multipolar World* (A Grande Transformação Global: Liberalismo de Mercado Nacional em um Mundo Multipolar, em tradução livre, que será lançado no Brasil pela Todavia em 2026).

Nele, o economista discute como a ascensão da Ásia nas últimas décadas - principalmente da China, mas também de países como Índia, Indonésia e Vietnã - redesenhou o topo de renda global, levando a uma crescente insatisfação das classes médias de países desenvolvidos, que resultou na eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e em instabilidades diversas na Europa.

O especialista explica também porque considera Trump um neoliberal otimista e, ao mesmo tempo, um mercantilista na política externa.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - Seu livro *Visões da Desigualdade* foi publicado recentemente no Brasil. Então, para começar, gostaria de lhe fazer a mesma pergunta hipotética que você fez aos seis autores clássicos: o que seu livro revela sobre a distribuição de renda em nosso tempo e como e por que ela pode mudar?

Branko Milanovic - Basicamente, quando você analisa esses autores com a perspectiva de observar ou interpretar como eles pensavam sobre desigualdade de renda, você tem que fazer um pouco da sua própria interpretação porque autores (que vieram) antes de [Vilfredo] Pareto - o que significa [François] Quesnay, [Adam] Smith, [David] Ricardo e [Karl] Marx - não

tinham realmente o que consideramos desigualdade de renda como seu foco principal.

Então o que se aprende é que, para eles, a distribuição de renda se resumia essencialmente a distribuição entre classes.

Portanto, seja você um proprietário de terras, capitalista ou trabalhador, determinar sua posição na distribuição de renda e estudar a distribuição de renda entre indivíduos significava estudar quanto da produção ou renda total iria de fato para os proprietários de terras, quanto para os capitalistas, quanto para os trabalhadores.

Era um estudo muito orientado por classes, o que eu acho que desapareceu hoje em dia, em parte por causa da influência política de que não devemos estudar classes, em parte por causa da mudança na estrutura da economia neoclássica.

Então, quando chegamos a Pareto, há a introdução da desigualdade interpessoal, ela substitui a desigualdade entre classes.

Mas, para Pareto, o que aparece é uma elite no topo. Como você sabe, na verdade, os economistas não estudavam as elites até recentemente.

E então, finalmente, temos [Simon] Kuznets. Para quem as desigualdades eram o resultado da divergência de renda e produtividade entre agricultura e manufatura, entre áreas rurais e áreas urbanas. Então essa seria, em poucas palavras, a história dos seis autores.

BBC News Brasil - E por que isso é importante?

Milanovic - Primeiro, é importante porque obviamente eles são autores canônicos.

Em segundo lugar, é importante porque você vê como a visão da desigualdade está sendo moldada pelas condições da época para cada um deles.

E terceiro, é importante para nós agora para que percebamos que realmente esquecemos completamente de dois aspectos importantes da desigualdade.

Um é a estrutura de classes da desigualdade, e o segundo é o surgimento da elite.

BBC News Brasil - E qual é a implicação de esquecermos esses dois aspectos importantes?

Milanovic - A implicação é que devemos perceber que a economia neoclássica, que prevaleceu da década de

1970 até provavelmente 2010, realmente ignorou, em grande medida, as questões da desigualdade de renda.

Como menciono no livro, isso se aplica menos à América Latina [Milanovic menciona no livro os economistas estruturalistas latino-americanos, como Celso Furtado, e outros autores do terceiro mundo, como o egípcio Samir Amin, como exceções à regra de ignorar a concentração de renda durante a Guerra Fria].

Isso porque a ignorância sobre essa questão nos países capitalistas se deveu essencialmente, em primeiro lugar, à Guerra Fria, quando houve uma tentativa dos EUA de afirmar que não havia classes no país.

O segundo elemento foi o financiamento da pesquisa por pessoas muito ricas. E pessoas ricas obviamente não gostam de pesquisas sobre desigualdade.

E a terceira razão foi a mudança na economia neoclássica, onde na verdade não se estudava mais classes, mas o que é chamado de agentes, e agentes são, por definição, iguais. Alguns têm mais capital, alguns menos, mas é irrelevante.

Então, por essas três razões, não estudávamos, e a implicação é que deveríamos analisar por que os estudos sobre distribuição de renda foram deixados de lado. É essencialmente porque as pessoas não queriam estudar, por razões políticas, as elites e a estrutura de classes.

BBC News Brasil - E por que foi diferente na América Latina?

Milanovic - A América Latina foi uma exceção, em primeiro lugar, porque a desigualdade é tão óbvia na região. Então as pessoas estudaram isso por muitos anos. Na verdade, há cerca de 100 anos de história de estudos da desigualdade de renda na América Latina, incluindo o Brasil.

Em segundo lugar, porque as pressões da Guerra Fria para afirmar que não se tratava de uma sociedade baseada em classes eram muito menores. As pressões da Guerra Fria eram mais fortes nos países do Leste Europeu, que tinham que afirmar que tinham abolido sua estrutura de classes.

E, nos EUA, isso ocorreu em meio à luta com a União Soviética na Guerra Fria.

BBC News Brasil - Então, trazendo a conversa para o Brasil. O país está atualmente debatendo sua reforma do Imposto de Renda mais significativa em décadas,

que deve isentar ou reduzir **impostos** para 90% da população e aumentá-los para os mais ricos. Como o senhor vê essa reforma e como ela posiciona o Brasil no debate global sobre desigualdade?

Milanovic - O que foi interessante na América Latina - por que a América Latina foi diferente [das demais regiões] nos últimos 20, 25 anos - é que, se você observar os dados de pesquisas domiciliares, todos os países registraram um declínio significativo na desigualdade.

O Brasil é ainda mais impressionante na redução da desigualdade, mas isso também é verdade para o México, Chile, Peru. Acho que o único país em que isso não aconteceu foi a Colômbia.

Isso ainda faz da América Latina um continente com grande desigualdade, porque [esse declínio] começou a partir de um nível muito alto - no caso do Brasil, o coeficiente de Gini [indicador de desigualdade de renda que varia de 0 a 100, sendo 100 a desigualdade máxima] era de 60 e caiu para algo como 48 ou algo assim. Então é um declínio muito significativo.

Mesmo quando os pesquisadores ajustaram isso para a subnotificação [de renda] no topo [no Brasil, em trabalhos com os de Pedro Ferreira de Souza, Marc Morgan, Sérgio Gobetti e, mais recentemente, Gabriel Zucman] - porque é verdade que as pessoas muito ricas, que são poucas em número, não são incluídas nas pesquisas, que são limitadas e tendem a subestimar suas rendas.

Então, mesmo quando você ajusta isso, você ainda encontra um declínio na desigualdade de renda, embora seja um declínio menor.

Então, nesse sentido, a América Latina é um continente atípico, porque tinha um nível de desigualdade alto, mas ele diminuiu.

É interessante que a desigualdade no Brasil agora é apenas um pouco maior que na China. É um ponto muito interessante. Se você olhar, 20 anos atrás, a desigualdade no Brasil era significativamente maior que a da China.

Então acredito que há forças econômicas por trás disso, não acho que seja só uma questão política. Na verdade, no Brasil, o declínio começou ainda no governo [Fernando Henrique] Cardoso. Obviamente, Lula foi muito importante, mas acho que começou antes de seu primeiro mandato.

BBC News Brasil - Mas o senhor está acompanhando a reforma atual que está sendo discutida no Congresso brasileiro? Acredita que ela pode reduzir

ainda mais essa desigualdade?

Milanovic - Não há qualquer dúvida de que a reforma reduziria a desigualdade .

O argumento, eu suponho, do outro lado, é que é preciso considerar se isso realmente teria um efeito positivo na economia - o que eu acho que teria -, ou se os ricos esconderiam seu dinheiro, se eles colocariam o dinheiro no exterior e coisas assim.

Mas acho que não há dúvida de que, se houver uma reforma séria que afete os 10% mais ricos do Brasil, que são realmente muito ricos, reformando a tributação, essa reforma reduziria a desigualdade.

BBC News Brasil - Isso nos leva à minha próxima pergunta. À medida que a reforma avança no Congresso, vemos uma resistência crescente por parte das empresas, uma vez que ela inclui a tributação de dividendos, que atualmente são isentos no Brasil. E também há esse medo de que os ricos possam deixar o país devido aos **impostos** mais altos, como o senhor mesmo mencionou. Como vê esse tipo de resistência sempre que políticas para reduzir a desigualdade são propostas?

Milanovic - É compreensível que sempre haverá resistência, porque políticas que reduzem a desigualdade tendem obviamente a afetar mais pessoas com rendas mais altas. Então, essas pessoas com rendas mais altas, especialmente aquelas com maior riqueza, resistem a isso.

E a resistência deles é vista fortemente na imprensa porque eles têm influência na mídia, eles têm influência sobre o que outras pessoas pensam.

A resistência das pessoas mais pobres é muito mais difícil de ver na mídia e nas notícias, porque as pessoas pobres não têm a mesma influência que as pessoas ricas.

Então, o fato de eles [os ricos] se oporem não é uma surpresa. Agora, a pergunta que se deve fazer, e eu realmente não sei a resposta, é se essa ameaça da chamada greve de capital ou de saída de capital do país é uma ameaça real ou não.

Muitas vezes isso foi usado como uma ameaça, mas na realidade isso não se concretizou porque essas pessoas ainda ganham mais dinheiro no Brasil do que colocando o dinheiro em outro lugar.

Mas não há dúvida de que uma **reforma tributária** que fizesse uma mudança significativa ou um aumento na alíquota máxima do imposto, reduziria a desigualdade. Eu acho que é algo óbvio. A questão é

se isso é viável e se teria outros efeitos que não seriam necessariamente bons.

BBC News Brasil - O senhor deve lançar um novo livro em breve, The Great Global Transformation . Sobre o que ele trata e como pode nos ajudar a entender o mundo após Trump?

Milanovic - É um livro sobre a ascensão da Ásia. Principalmente da China, é claro, mas também de outros países asiáticos, como Índia, Indonésia, Vietnã e assim por diante.

Os países asiáticos aumentaram suas rendas e seu poder econômico muito mais do que o resto do mundo. Isso produziu questões em dois níveis: é uma grande redistribuição de poder econômico, o que implica numa redistribuição de poder político e até militar; e levou ao conflito entre EUA e China .

Então documentei essa mudança drástica no poder econômico que ocorreu nos últimos 40 anos. E essa mudança dramática de poder entre Estados tem implicações na renda das pessoas.

Muitos chineses tiveram um aumento na sua renda e ultrapassaram pessoas de países ocidentais que estiveram no topo da distribuição global de renda por quase 200 anos. E isso teve impacto na estabilidade política interna de países ricos.

Então o objetivo do livro é explicar que os processos de recalibração do poder econômico entre a Ásia e o resto do mundo tiveram efeito na estabilidade geopolítica, mas também na estabilidade interna dos países.

Há uma mudança no poder econômico entre os países que se traduz na mudança nas posições de indivíduos pertencentes a diferentes países em uma ordem global.

Agora, se as classes médias dos países ocidentais caem na ordem global, elas ficam insatisfeitas. E a única maneira de manifestar essa insatisfação é na esfera política. E isso levou a Trump e a muitos outros tipos de instabilidade na Europa.

BBC New Brasil - Um dos elementos mais famosos do seu trabalho é a curva do elefante , que levou o debate sobre desigualdade do nível nacional para o global. Como esse gráfico nos ajuda a entender o conflito atual entre a China e os EUA e a ascensão de Trump ao poder?

Milanovic - Essencialmente, o gráfico é o ponto de partida de tudo isso. O gráfico, como você sabe, representa as diferenças nas taxas de crescimento [da

renda para as diferentes faixas de renda no mundo, entre 1988 e 2008].

Então, o que o livro faz é ir além. Ele explica essa grande mudança, que é muito semelhante à Revolução Industrial.

Essencialmente, na Revolução Industrial, a Europa, os EUA e o Japão se tornaram muito mais poderosos economicamente e, com isso, muito mais poderosos política e militarmente. Não haveria colonialismo sem a Revolução Industrial.

Agora temos uma revolução tecnológica reversa, onde a Ásia se torna muito mais importante politicamente e economicamente. Isso leva ao conflito pela hegemonia entre EUA e China e talvez outros países como Índia, Rússia, Brasil e assim por diante.

Mas no nível individual, isso leva ao diferencial nas taxas de crescimento das rendas e à substituição de parte da elite global, que é inteiramente ocidental, por uma nova elite, que vem de grandes países asiáticos e de países como, por exemplo, o Brasil.

A elite brasileira do 1% mais rico sempre esteve no 1% mais rico do mundo, mas isso não era importante o suficiente para fazer uma diferença tão grande para as outras elites ocidentais.

Mas, quando você tem 1,4 bilhão de chineses, 1% deles são 14 milhões. Então, na verdade, é uma mudança muito significativa.

BBC News Brasil - Esse famoso gráfico mostra as tendências globais de desigualdade até 2008. Que formato ele teria hoje, se fosse estendido até 2025? O que aconteceu com a desigualdade global após a pandemia?

Milanovic - Na verdade, eu estendi os dados até 2023. O que aconteceu é que a forma da curva mudou.

Bem, duas coisas não mudaram. O crescimento das classes médias globais continua, o baixo crescimento da classe média alta dos países ocidentais continua. Mas o topo da distribuição de renda cresceu a taxas muito menores do que antes da crise financeira [de 2008]. Então isso mudou.

BBC News Brasil - Em artigos recentes, o senhor se referiu a Trump como um neoliberal otimista. Por que o senhor o considera um neoliberal, sendo que ele tomou várias medidas de intervenção na economia dos EUA, adotou políticas comerciais protecionistas e elevou gastos do governo?

Milanovic - Na verdade, isso faz parte do livro. É

preciso diferenciar - e isso infelizmente não tem sido diferenciado o suficiente até agora - neoliberalismo doméstico e neoliberalismo no exterior.

Se você olhar para Trump, ele desregulamentou coisas. Ele reduziu **impostos**. Ele quer um Estado menor e **impostos** mais baixos sobre o capital. Ele quer **impostos** mais baixos para os ricos.

Então, todas essas são medidas neoliberais em âmbito doméstico.

Internacionalmente, ele é um mercantilista. Portanto, temos que distinguir entre o neoliberalismo interno e o neoliberalismo externo. Ele se livrou do neoliberalismo no exterior, mas, na verdade, aprofundou o neoliberalismo doméstico.

E é por isso que o subtítulo do livro é o que eu chamei de liberalismo de mercado nacional.

É um neoliberalismo que agora se aplica apenas ao mercado interno, não se aplica nem mesmo à esfera social interna, onde ele é contra todas as políticas de ação afirmativa, políticas de igualdade, e tudo o mais. E não se aplica de forma alguma à arena internacional.

Então é por isso que eu acredito e argumento que ele ainda é neoliberal no âmbito doméstico, não neoliberal no âmbito internacional.

BBC News Brasil - E quanto ao confronto entre Trump e o Federal Reserve [o Banco Central dos EUA]? Como isso se encaixa na sua interpretação de que ele é um neoliberal?

Milanovic - A independência do Banco Central foi originalmente um projeto neoliberal, datado de 50 anos atrás. E era um projeto neoliberal cujo objetivo era deixar parte da tomada de decisões econômicas fora do controle popular, porque eles tinham medo que partidos sociais-democratas, socialistas, comunistas e outros vencessem.

E se eles vencessem, a formulação de políticas econômicas seria politizada. E o interesse deles, que na verdade era o interesse na proteção do capital, não seria seguido.

Então, a ideia da independência do Banco Central sempre foi uma ideia da direita, cujo objetivo era afirmar que se tratava de um domínio profissional, restrito, de especialistas, que não deveria estar sujeito ao controle do Legislativo ou Executivo.

Então isso era fruto de um sentimento de pessimismo, de que eles não seriam capazes de permanecer no

governo e no controle.

Trump não é pessimista. Na verdade, ele é um otimista. Ele acredita que agora estamos no poder e permaneceremos no poder. Então não há razão alguma para eu não controlar o Fed, porque acredito que seremos capazes de controlá-lo de qualquer maneira .

Então, eu vejo isso como a diferença entre neoliberais mais cautelosos e pessimistas, que queriam ter certeza de que os bancos centrais não seriam vítimas de medidas populistas ou socialistas, e alguém que acredita que nunca seria vítima disso porque nós é que vamos governá-lo .

BBC News Brasil - E qual o senhor acha que pode ser o resultado desse confronto?

Milanovic - Eu realmente não sei, não sou um macroeconomista. Só estou explicando o que acredito ser a razão ideológica por trás disso.

Porque as pessoas que são macroeconomistas, cujos conhecimentos de história e ideologia são muito fracos, se convenceram de que bancos centrais independentes devem ter existido desde sempre e devem permanecer assim para sempre.

Então o que eu estava tentando fazer - usando, o livro Globalistas , de Quinn Slobodian [Enunciado Publicações, 2022], sobre a ascensão do pensamento neoliberal - era explicar ideologicamente por que temos um banco central independente. Isso não caiu do céu, surgiu de uma tomada de decisão política.

E, a propósito, isso também é verdade sobre a independência dos bancos centrais na maioria dos países, porque essa ideia foi muito fortemente promovida nas décadas de 1980 e 1990. E, em muitos países, foi quase totalmente aceita pelas elites nacionais pelas mesmas razões explicadas.

E é verdade que, em muitos países, os bancos centrais se tornaram independentes. Mas isso também significou que eles não tinham supervisão democrática. Esse era o ponto.

BBC News Brasil - Com as nações mais pobres enfrentando tarifas mais altas do que as nações mais ricas sob o governo Trump, isso pode afetar as tendências globais de desigualdade de alguma forma nos próximos anos?

Milanovic - Pode, mas não tenho muita certeza de quanto. Li que a Índia [contra quem Trump impôs tarifas de 50%, similares às do Brasil] seria afetada significativamente, em 1,5% do **PIB**.

Mas não se deve perder muito tempo com as tarifas de Trump porque elas podem mudar na semana que vem. Então não sabemos realmente. Acho que para ele é um jogo. Ele aumenta a tarifa e então ganha outras coisas de você. E então diz: Ok, agora vou diminuir as tarifas .

Então eu acho que as pessoas gastam muito tempo estudando ou falando sobre alguma coisa, que na semana seguinte se torna irrelevante.

BBC News Brasil - É bastante relevante para o Brasil no momento, porque fomos taxados em 50%. Então, para nós é um tópico bastante significativo no momento.

Milanovic - Eu vi esse número para a Índia e certamente terá um impacto no Brasil. Provavelmente de cerca de 1% do **PIB**, e isso não é desprezível.

Um crescimento mais lento provavelmente seria ruim para a desigualdade no Brasil e para a desigualdade no mundo. Mas isso não é significativo.

A desigualdade no mundo é um fenômeno grande demais e mesmo as tarifas de Trump não serão vistas com tanta clareza [no horizonte maior de tempo]. E, como eu disse, não acho que elas vão durar.

Notícias Relacionadas:

G1 - NACIONAL

Trump inaugura nos EUA o neoliberalismo de mercado nacional , diz economista

PORTAL TERRA

Trump inaugura nos EUA o neoliberalismo de mercado nacional , diz economista

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2025/09/256998-trump-inaugura-nos-eua-o-neoliberalismo-de-mercado-nacional-diz-economista.html>

Reformas sempre geram resistência , diz guru da desigualdade sobre taxar super-ricos no Brasil

Thais Carrança - Da BBC News Brasil em São Paulo

O Brasil é um dos países da América Latina que mais reduziram sua desigualdade nos últimos 20 anos, período em que a região como um todo foi na contramão do mundo ao mitigar sua disparidade de renda, diz o economista sérvio-americano Branko Milanovic, um dos maiores especialistas em desigualdade do mundo.

Ele afirma que a proposta de taxar os super-ricos em discussão no Congresso pode reduzir ainda mais a desigualdade brasileira, ainda que seja preciso avaliar se a mudança poderá suscitar fuga de capital para o exterior.

Não há qualquer dúvida de que a reforma [do Imposto de Renda] reduziria a desigualdade , diz Milanovic, em entrevista à BBC News Brasil.

O argumento, eu suponho, do outro lado, é que é preciso considerar se isso realmente teria um efeito positivo na economia - o que eu acho que teria -, ou se os ricos esconderiam seu dinheiro, se eles colocariam o dinheiro no exterior e coisas assim , pondera.

Muitas vezes isso foi usado como uma ameaça, mas na realidade isso não se concretizou porque essas pessoas ainda ganham mais dinheiro no Brasil do que colocando o dinheiro em outro lugar , diz o professor da City University of New York (Cuny), que foi economista-chefe do departamento de pesquisa do Banco Mundial por quase 20 anos.

A reforma do IR prevê a ampliação da faixa de isenção do imposto para R\$ 5 mil, uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O projeto prevê ainda um desconto parcial para rendimentos entre R\$ 5 mil e R\$ 7,35 mil.

Para compensar a perda de arrecadação com o aumento da isenção, o governo propõe tributar progressivamente quem ganha mais de R\$ 600 mil por ano em até 10%, alíquota máxima aplicada a rendas anuais a partir de R\$ 1,2 milhão; e taxar na fonte em 10% lucros e dividendos distribuídos por empresas a seus acionistas acima de R\$ 50 mil mensais, inclusive

dividendos enviados para o exterior.

A proposta teve urgência aprovada e agora pode ser votada diretamente no plenário da Câmara, mas a votação foi adiada enquanto os deputados aceleraram a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende blindar parlamentares de processos criminais, conhecida como PEC da Blindagem , posteriormente derrubada pelo Senado.

Em livro lançado recentemente no Brasil - *Visões da desigualdade: Da Revolução Francesa até o fim da Guerra Fria (Todavia, 2025)* - Branko Milanovic discute por que durante anos, no período da Guerra Fria, a desigualdade desapareceu como tema dos estudos econômicos.

O economista faz isso ao traçar uma história do pensamento ocidental sobre a desigualdade, através das obras de seis autores clássicos: François Quesnay, Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Vilfredo Pareto e Simon Kuznets. Para cada um deles, faz uma pergunta hipotética: O que seu trabalho revela sobre a distribuição de renda como ela existe em sua época, e como e por que ela pode mudar?

Milanovic explica a importância dessa análise histórica: Primeiro, é importante porque são autores canônicos. Em segundo lugar, porque vemos como a visão da desigualdade está sendo moldada pelas condições da época de cada um deles.

E terceiro, é importante para nós agora para que percebamos que realmente esquecemos completamente dois aspectos importantes da desigualdade. Um é a estrutura de classes, e o segundo é o surgimento da elite , considera o economista.

À BBC News Brasil, Milanovic antecipou ainda o debate de seu novo livro, que deverá ser lançado nos Estados Unidos em novembro, *The Great Global Transformation: National Market Liberalism in a Multipolar World* (A Grande Transformação Global: Liberalismo de Mercado Nacional em um Mundo Multipolar , em tradução livre, que será lançado no Brasil pela Todavia em 2026).

Nele, o economista discute como a ascensão da Ásia nas últimas décadas - principalmente da China, mas também de países como Índia, Indonésia e Vietnã - redesenhou o topo de renda global, levando a uma crescente insatisfação das classes médias de países desenvolvidos, que resultou na eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e em instabilidades diversas na Europa.

O especialista explica também porque considera Trump um neoliberal otimista e, ao mesmo tempo, um mercantilista na política externa.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - Seu livro *Visões da Desigualdade* foi publicado recentemente no Brasil. Então, para começar, gostaria de lhe fazer a mesma pergunta hipotética que você fez aos seis autores clássicos: o que seu livro revela sobre a distribuição de renda em nosso tempo e como e por que ela pode mudar?

Branko Milanovic - Basicamente, quando você analisa esses autores com a perspectiva de observar ou interpretar como eles pensavam sobre desigualdade de renda, você tem que fazer um pouco da sua própria interpretação porque autores (que vieram) antes de [Vilfredo] Pareto - o que significa [François] Quesnay, [Adam] Smith, [David] Ricardo e [Karl] Marx - não tinham realmente o que consideramos desigualdade de renda como seu foco principal.

Então o que se aprende é que, para eles, a distribuição de renda se resumia essencialmente a distribuição entre classes.

Portanto, seja você um proprietário de terras, capitalista ou trabalhador, determinar sua posição na distribuição de renda e estudar a distribuição de renda entre indivíduos significava estudar quanto da produção ou renda total iria de fato para os proprietários de terras, quanto para os capitalistas, quanto para os trabalhadores.

Era um estudo muito orientado por classes, o que eu acho que desapareceu hoje em dia, em parte por causa da influência política de que não devemos estudar classes, em parte por causa da mudança na estrutura da economia neoclássica.

Então, quando chegamos a Pareto, há a introdução da desigualdade interpessoal, ela substitui a desigualdade entre classes.

Mas, para Pareto, o que aparece é uma elite no topo. Como você sabe, na verdade, os economistas não estudavam as elites até recentemente.

E então, finalmente, temos [Simon] Kuznets. Para quem as desigualdades eram o resultado da divergência de renda e produtividade entre agricultura e manufatura, entre áreas rurais e áreas urbanas. Então essa seria, em poucas palavras, a história dos seis autores.

BBC News Brasil - E por que isso é importante?

Milanovic - Primeiro, é importante porque obviamente eles são autores canônicos.

Em segundo lugar, é importante porque você vê como a visão da desigualdade está sendo moldada pelas condições da época para cada um deles.

E terceiro, é importante para nós agora para que percebamos que realmente esquecemos completamente de dois aspectos importantes da desigualdade.

Um é a estrutura de classes da desigualdade, e o segundo é o surgimento da elite.

BBC News Brasil - E qual é a implicação de esquecermos esses dois aspectos importantes?

Milanovic - A implicação é que devemos perceber que a economia neoclássica, que prevaleceu da década de 1970 até provavelmente 2010, realmente ignorou, em grande medida, as questões da desigualdade de renda.

Como menciono no livro, isso se aplica menos à América Latina [Milanovic menciona no livro os economistas estruturalistas latino-americanos, como Celso Furtado, e outros autores do terceiro mundo, como o egípcio Samir Amin, como exceções à regra de ignorar a concentração de renda durante a Guerra Fria].

Isso porque a ignorância sobre essa questão nos países capitalistas se deveu essencialmente, em primeiro lugar, à Guerra Fria, quando houve uma tentativa dos EUA de afirmar que não havia classes no país.

O segundo elemento foi o financiamento da pesquisa por pessoas muito ricas. E pessoas ricas obviamente não gostam de pesquisas sobre desigualdade.

E a terceira razão foi a mudança na economia neoclássica, onde na verdade não se estudava mais classes, mas o que é chamado de agentes, e agentes são, por definição, iguais. Alguns têm mais capital, alguns menos, mas é irrelevante.

Então, por essas três razões, não estudávamos, e a implicação é que deveríamos analisar por que os estudos sobre distribuição de renda foram deixados de lado. É essencialmente porque as pessoas não queriam estudar, por razões políticas, as elites e a estrutura de classes.

BBC News Brasil - E por que foi diferente na América Latina?

Milanovic - A América Latina foi uma exceção, em primeiro lugar, porque a desigualdade é tão óbvia na região. Então as pessoas estudaram isso por muitos anos. Na verdade, há cerca de 100 anos de história de estudos da desigualdade de renda na América Latina, incluindo o Brasil.

Em segundo lugar, porque as pressões da Guerra Fria para afirmar que não se tratava de uma sociedade baseada em classes eram muito menores. As pressões da Guerra Fria eram mais fortes nos países do Leste Europeu, que tinham que afirmar que tinham abolido sua estrutura de classes.

E, nos EUA, isso ocorreu em meio à luta com a União Soviética na Guerra Fria.

BBC News Brasil - Então, trazendo a conversa para o Brasil. O país está atualmente debatendo sua reforma do Imposto de Renda mais significativa em décadas, que deve isentar ou reduzir **impostos** para 90% da população e aumentá-los para os mais ricos. Como o senhor vê essa reforma e como ela posiciona o Brasil no debate global sobre desigualdade?

Milanovic - O que foi interessante na América Latina - por que a América Latina foi diferente [das demais regiões] nos últimos 20, 25 anos - é que, se você observar os dados de pesquisas domiciliares, todos os países registraram um declínio significativo na desigualdade.

O Brasil é ainda mais impressionante na redução da desigualdade, mas isso também é verdade para o México, Chile, Peru. Acho que o único país em que isso não aconteceu foi a Colômbia.

Isso ainda faz da América Latina um continente com grande desigualdade, porque [esse declínio] começou a partir de um nível muito alto - no caso do Brasil, o coeficiente de Gini [indicador de desigualdade de renda que varia de 0 a 100, sendo 100 a desigualdade máxima] era de 60 e caiu para algo como 48 ou algo assim. Então é um declínio muito significativo.

Mesmo quando os pesquisadores ajustaram isso para a subnotificação [de renda] no topo [no Brasil, em trabalhos com os de Pedro Ferreira de Souza, Marc

Morgan, Sérgio Gobetti e, mais recentemente, Gabriel Zucman] - porque é verdade que as pessoas muito ricas, que são poucas em número, não são incluídas nas pesquisas, que são limitadas e tendem a subestimar suas rendas.

Então, mesmo quando você ajusta isso, você ainda encontra um declínio na desigualdade de renda, embora seja um declínio menor.

Então, nesse sentido, a América Latina é um continente atípico, porque tinha um nível de desigualdade alto, mas ele diminuiu.

É interessante que a desigualdade no Brasil agora é apenas um pouco maior que na China. É um ponto muito interessante. Se você olhar, 20 anos atrás, a desigualdade no Brasil era significativamente maior que a da China.

Então acredito que há forças econômicas por trás disso, não acho que seja só uma questão política. Na verdade, no Brasil, o declínio começou ainda no governo [Fernando Henrique] Cardoso. Obviamente, Lula foi muito importante, mas acho que começou antes de seu primeiro mandato.

BBC News Brasil - Mas o senhor está acompanhando a reforma atual que está sendo discutida no Congresso brasileiro? Acredita que ela pode reduzir ainda mais essa desigualdade?

Milanovic - Não há qualquer dúvida de que a reforma reduziria a desigualdade.

O argumento, eu suponho, do outro lado, é que é preciso considerar se isso realmente teria um efeito positivo na economia - o que eu acho que teria -, ou se os ricos esconderiam seu dinheiro, se eles colocariam o dinheiro no exterior e coisas assim.

Mas acho que não há dúvida de que, se houver uma reforma séria que afete os 10% mais ricos do Brasil, que são realmente muito ricos, reformando a tributação, essa reforma reduziria a desigualdade.

BBC News Brasil - Isso nos leva à minha próxima pergunta. À medida que a reforma avança no Congresso, vemos uma resistência crescente por parte das empresas, uma vez que ela inclui a tributação de dividendos, que atualmente são isentos no Brasil. E também há esse medo de que os ricos possam deixar o país devido aos **impostos** mais altos, como o senhor mesmo mencionou. Como vê esse tipo de resistência sempre que políticas para reduzir a desigualdade são propostas?

Milanovic - É compreensível que sempre haverá

resistência, porque políticas que reduzem a desigualdade tendem obviamente a afetar mais pessoas com rendas mais altas. Então, essas pessoas com rendas mais altas, especialmente aquelas com maior riqueza, resistem a isso.

E a resistência deles é vista fortemente na imprensa porque eles têm influência na mídia, eles têm influência sobre o que outras pessoas pensam.

A resistência das pessoas mais pobres é muito mais difícil de ver na mídia e nas notícias, porque as pessoas pobres não têm a mesma influência que as pessoas ricas.

Então, o fato de eles [os ricos] se oporem não é uma surpresa. Agora, a pergunta que se deve fazer, e eu realmente não sei a resposta, é se essa ameaça da chamada greve de capital ou de saída de capital do país é uma ameaça real ou não.

Muitas vezes isso foi usado como uma ameaça, mas na realidade isso não se concretizou porque essas pessoas ainda ganham mais dinheiro no Brasil do que colocando o dinheiro em outro lugar.

Mas não há dúvida de que uma **reforma tributária** que fizesse uma mudança significativa ou um aumento na alíquota máxima do imposto, reduziria a desigualdade. Eu acho que é algo óbvio. A questão é se isso é viável e se teria outros efeitos que não seriam necessariamente bons.

BBC News Brasil - O senhor deve lançar um novo livro em breve, *The Great Global Transformation*. Sobre o que ele trata e como pode nos ajudar a entender o mundo após Trump?

Milanovic - É um livro sobre a ascensão da Ásia. Principalmente da China, é claro, mas também de outros países asiáticos, como Índia, Indonésia, Vietnã e assim por diante.

Os países asiáticos aumentaram suas rendas e seu poder econômico muito mais do que o resto do mundo. Isso produziu questões em dois níveis: é uma grande redistribuição de poder econômico, o que implica numa redistribuição de poder político e até militar; e levou ao conflito entre EUA e China.

Então documentei essa mudança drástica no poder econômico que ocorreu nos últimos 40 anos. E essa mudança dramática de poder entre Estados tem implicações na renda das pessoas.

Muitos chineses tiveram um aumento na sua renda e ultrapassaram pessoas de países ocidentais que estiveram no topo da distribuição global de renda por

quase 200 anos. E isso teve impacto na estabilidade política interna de países ricos.

Então o objetivo do livro é explicar que os processos de recalibração do poder econômico entre a Ásia e o resto do mundo tiveram efeito na estabilidade geopolítica, mas também na estabilidade interna dos países.

Há uma mudança no poder econômico entre os países que se traduz na mudança nas posições de indivíduos pertencentes a diferentes países em uma ordem global.

Agora, se as classes médias dos países ocidentais caem na ordem global, elas ficam insatisfeitas. E a única maneira de manifestar essa insatisfação é na esfera política. E isso levou a Trump e a muitos outros tipos de instabilidade na Europa.

BBC New Brasil - Um dos elementos mais famosos do seu trabalho é a curva do elefante, que levou o debate sobre desigualdade do nível nacional para o global. Como esse gráfico nos ajuda a entender o conflito atual entre a China e os EUA e a ascensão de Trump ao poder?

Milanovic - Essencialmente, o gráfico é o ponto de partida de tudo isso. O gráfico, como você sabe, representa as diferenças nas taxas de crescimento [da renda para as diferentes faixas de renda no mundo, entre 1988 e 2008].

Então, o que o livro faz é ir além. Ele explica essa grande mudança, que é muito semelhante à Revolução Industrial.

Essencialmente, na Revolução Industrial, a Europa, os EUA e o Japão se tornaram muito mais poderosos economicamente e, com isso, muito mais poderosos política e militarmente. Não haveria colonialismo sem a Revolução Industrial.

Agora temos uma revolução tecnológica reversa, onde a Ásia se torna muito mais importante politicamente e economicamente. Isso leva ao conflito pela hegemonia entre EUA e China e talvez outros países como Índia, Rússia, Brasil e assim por diante.

Mas no nível individual, isso leva ao diferencial nas taxas de crescimento das rendas e à substituição de parte da elite global, que é inteiramente ocidental, por uma nova elite, que vem de grandes países asiáticos e de países como, por exemplo, o Brasil.

A elite brasileira do 1% mais rico sempre esteve no 1% mais rico do mundo, mas isso não era importante o suficiente para fazer uma diferença tão grande para as

outras elites ocidentais.

Mas, quando você tem 1,4 bilhão de chineses, 1% deles são 14 milhões. Então, na verdade, é uma mudança muito significativa.

BBC News Brasil - Esse famoso gráfico mostra as tendências globais de desigualdade até 2008. Que formato ele teria hoje, se fosse estendido até 2025? O que aconteceu com a desigualdade global após a pandemia?

Milanovic - Na verdade, eu estendi os dados até 2023. O que aconteceu é que a forma da curva mudou.

Bem, duas coisas não mudaram. O crescimento das classes médias globais continua, o baixo crescimento da classe média alta dos países ocidentais continua. Mas o topo da distribuição de renda cresceu a taxas muito menores do que antes da crise financeira [de 2008]. Então isso mudou.

BBC News Brasil - Em artigos recentes, o senhor se referiu a Trump como um neoliberal otimista. Por que o senhor o considera um neoliberal, sendo que ele tomou várias medidas de intervenção na economia dos EUA, adotou políticas comerciais protecionistas e elevou gastos do governo?

Milanovic - Na verdade, isso faz parte do livro. É preciso diferenciar - e isso infelizmente não tem sido diferenciado o suficiente até agora - neoliberalismo doméstico e neoliberalismo no exterior.

Se você olhar para Trump, ele desregulamentou coisas. Ele reduziu **impostos**. Ele quer um Estado menor e **impostos** mais baixos sobre o capital. Ele quer **impostos** mais baixos para os ricos.

Então, todas essas são medidas neoliberais em âmbito doméstico.

Internacionalmente, ele é um mercantilista. Portanto, temos que distinguir entre o neoliberalismo interno e o neoliberalismo externo. Ele se livrou do neoliberalismo no exterior, mas, na verdade, aprofundou o neoliberalismo doméstico.

E é por isso que o subtítulo do livro é o que eu chamei de liberalismo de mercado nacional.

É um neoliberalismo que agora se aplica apenas ao mercado interno, não se aplica nem mesmo à esfera social interna, onde ele é contra todas as políticas de ação afirmativa, políticas de igualdade, e tudo o mais. E não se aplica de forma alguma à arena internacional.

Então é por isso que eu acredito e argumento que ele ainda é neoliberal no âmbito doméstico, não neoliberal no âmbito internacional.

BBC News Brasil - E quanto ao confronto entre Trump e o Federal Reserve [o Banco Central dos EUA]? Como isso se encaixa na sua interpretação de que ele é um neoliberal?

Milanovic - A independência do Banco Central foi originalmente um projeto neoliberal, datado de 50 anos atrás. E era um projeto neoliberal cujo objetivo era deixar parte da tomada de decisões econômicas fora do controle popular, porque eles tinham medo que partidos sociais-democratas, socialistas, comunistas e outros vencessem.

E se eles vencessem, a formulação de políticas econômicas seria politizada. E o interesse deles, que na verdade era o interesse na proteção do capital, não seria seguido.

Então, a ideia da independência do Banco Central sempre foi uma ideia da direita, cujo objetivo era afirmar que se tratava de um domínio profissional, restrito, de especialistas, que não deveria estar sujeito ao controle do Legislativo ou Executivo.

Então isso era fruto de um sentimento de pessimismo, de que eles não seriam capazes de permanecer no governo e no controle.

Trump não é pessimista. Na verdade, ele é um otimista. Ele acredita que agora estamos no poder e permaneceremos no poder. Então não há razão alguma para eu não controlar o Fed, porque acredito que seremos capazes de controlá-lo de qualquer maneira.

Então, eu vejo isso como a diferença entre neoliberais mais cautelosos e pessimistas, que queriam ter certeza de que os bancos centrais não seriam vítimas de medidas populistas ou socialistas, e alguém que acredita que nunca seria vítima disso porque nós é que vamos governá-lo.

BBC News Brasil - E qual o senhor acha que pode ser o resultado desse confronto?

Milanovic - Eu realmente não sei, não sou um macroeconomista. Só estou explicando o que acredito ser a razão ideológica por trás disso.

Porque as pessoas que são macroeconomistas, cujos conhecimentos de história e ideologia são muito fracos, se convenceram de que bancos centrais independentes devem ter existido desde sempre e devem permanecer assim para sempre.

Então o que eu estava tentando fazer - usando, o livro Globalistas , de Quinn Slobodian [Enunciado Publicações, 2022], sobre a ascensão do pensamento neoliberal - era explicar ideologicamente por que temos um banco central independente. Isso não caiu do céu, surgiu de uma tomada de decisão política.

E, a propósito, isso também é verdade sobre a independência dos bancos centrais na maioria dos países, porque essa ideia foi muito fortemente promovida nas décadas de 1980 e 1990. E, em muitos países, foi quase totalmente aceita pelas elites nacionais pelas mesmas razões explicadas.

E é verdade que, em muitos países, os bancos centrais se tornaram independentes. Mas isso também significou que eles não tinham supervisão democrática. Esse era o ponto.

BBC News Brasil - Com as nações mais pobres enfrentando tarifas mais altas do que as nações mais ricas sob o governo Trump, isso pode afetar as tendências globais de desigualdade de alguma forma nos próximos anos?

Milanovic - Pode, mas não tenho muita certeza de quanto. Li que a Índia [contra quem Trump impôs tarifas de 50%, similares às do Brasil] seria afetada significativamente, em 1,5% do **PIB**.

Mas não se deve perder muito tempo com as tarifas de Trump porque elas podem mudar na semana que vem. Então não sabemos realmente. Acho que para ele é um jogo. Ele aumenta a tarifa e então ganha outras coisas de você. E então diz: Ok, agora vou diminuir as tarifas .

Então eu acho que as pessoas gastam muito tempo estudando ou falando sobre alguma coisa, que na semana seguinte se torna irrelevante.

BBC News Brasil - É bastante relevante para o Brasil no momento, porque fomos taxados em 50%. Então, para nós é um tópico bastante significativo no momento.

Milanovic - Eu vi esse número para a Índia e certamente terá um impacto no Brasil. Provavelmente de cerca de 1% do **PIB**, e isso não é desprezível.

Um crescimento mais lento provavelmente seria ruim para a desigualdade no Brasil e para a desigualdade no mundo. Mas isso não é significativo.

A desigualdade no mundo é um fenômeno grande demais e mesmo as tarifas de Trump não serão vistas com tanta clareza [no horizonte maior de tempo]. E,

como eu disse, não acho que elas vão durar.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/reformas-sempre-geram-resistencia-diz-guru-da-desigualdade-sobre-taxar-super-ricos-no-brasil,35674f5cb237e1cb0d9c1aa0e1767cd6sc2ru9to.htm>
/

Trump anuncia tarifa de até 100% para outubro (Artigo)

WASHINGTON

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse ontem que aplicará **impostos** de importação de 100% sobre produtos farmacêuticos, 50% sobre armários de cozinha e pias de banheiro, 30% sobre móveis estofados e 25% sobre caminhões pesados a partir de 1.º de outubro.

Em sua rede Truth Social, ele disse que as tarifas farmacêuticas não se aplicariam a empresas que estão construindo fábricas nos EUA. Não ficou claro como as tarifas se aplicariam a empresas que já possuem fábricas nos EUA.

Em 2024, os Estados Unidos importaram quase US\$ 233 bilhões em produtos farmacêuticos e medicinais, de acordo com o Census Bureau. A perspectiva de dobrar os preços de alguns medicamentos pode chocar eleitores, já que as despesas com saúde, bem como os custos do Medi-care e do Medicaid, podem aumentar.

MÓVEIS E CAMINHÕES.

Trump disse que fabricantes estrangeiros de móveis e armários estavam inundando os EUA com seus produtos e que tarifas deveriam ser aplicadas "por motivos de segurança nacional e outros". As novas tarifas sobre armários poderiam aumentar ainda mais os custos para construtoras em um momento em que muitas pessoas que buscam comprar uma casa se sentem sobrecarregadas pela combinação de escassez de moradias e altas taxas de hipoteca.

Trump também disse que caminhões pesados e peças fabricados no exterior estão prejudicando produtores nacionais. "Grandes fabricantes de caminhões, como Peterbilt, Kenworth, Freightliner, Mack Trucks e outras, estarão protegidas", postou.

O republicano há muito tempo afirma que as tarifas são a chave para forçar as empresas a investir mais em fábricas nacionais. Ele descartou temores de que os importadores repassariam grande parte do custo dos **impostos** aos consumidores e empresas na forma de preços mais altos.

O presidente continua afirmando que a **inflação** não é mais um desafio para a economia dos EUA, apesar

das evidências em contrário. O índice de preços ao consumidor aumentou 2,9% nos últimos 12 meses, acima do ritmo anual de 2,3% registrado em abril. ap

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad afirma que delegada da Receita vai combater crime organizado

Ruan Amorim e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quinta-feira (25) que o governo vai criar uma Delegacia Especializada da **Receita Federal** no combate ao crime organizado e a crimes contra o sistema financeiro. Atualmente, esse trabalho é feito por um grupo que funciona informalmente.

"Será um legado importante para o futuro, independentemente do governo", disse o ministro a jornalistas, ao comentar a Operação Spare. A operação foi deflagrada também nesta quinta-feira pelo Ministério Público de São Paulo, pela **Receita Federal** e pela Polícia Militar com o objetivo de desmantelar esquema de fraudes e de lavagem de dinheiro no setor de combustíveis.

"Quando tem um núcleo ainda informal, como hoje, que trabalha há dois anos, pode ser que amanhã apareça outra pessoa aqui [no Ministério da Fazenda] e não tenha mais interesse nessa atividade de reforço da segurança pública. Nós queremos institucionalizar, porque eu penso que, ao institucionalizar, você acaba impedindo retrocessos", explicou o ministro. O combate ao crime financeiro virou um tema prioritário da pasta de Haddad nos últimos dois anos.

O ministro disse que nas próximas semanas vai encaminhar o pedido de criação da Delegacia para o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MG1), a quem cabe dar prosseguimento aos trâmites burocráticos para estruturação do novo departamento. A delegacia terá sede em Brasília, no próprio prédio do Ministério da Fazenda.

Ainda segundo o ministro, as empresas envolvidas no esquema de fraude e de lavagem de dinheiro desmantelado pela Operação Spare movimentaram R\$ 4,5 bilhões em cinco anos, praticamente sem pagar **tributos**. "A movimentação financeira foi de R\$ 4,5 bilhões, e recolhimento praticamente nenhum de **tributos**, de apenas 0,1%", afirmou.

Ele disse que o governo ainda vai levantar o valor exato de **tributos** que as empresas envolvidas no esquema deixaram de arrecadar, mas afirmou ser um volume "vultoso".

O chefe da equipe econômica explicou que a baixa

arrecadação diante de uma alta movimentação financeira foi justamente o que chamou a atenção da **Receita Federal**, que atuou na operação.

Segundo as investigações, o esquema de fraude envolveu em torno de 200 postos de gasolina, sendo uma franquia com quase cem estabelecimentos, mais de 60 motéis que eram usados para lavar dinheiro e 14 empreendimentos imobiliários. "Essa articulação prejudica a concorrência honesta, dos postos de combustíveis que pagam seus **tributos**", disse Haddad.

Segundo o ministro, as operações que estão sendo deflagradas desde agosto para combate à lavagem de dinheiro no setor de combustíveis são importantes para colocar esse e outros setores afetados dentro da legalidade.

Ele destacou, ainda, que recentemente a **Receita Federal** editou um ato normativo obrigando as **fintechs** a prestarem informações sobre movimentações financeiras. Como não havia essa obrigatoriedade, algumas fintechs vêm sendo utilizadas pelo crime para lavagem de dinheiro. "Nós colocamos as fintechs debaixo das mesmas obrigações dos bancos", disse Haddad.

Outra medida que será importante, afirmou o ministro, será a aprovação do projeto de lei de combate ao chamado "devedor contumaz", atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Esse projeto vai permitir a responsabilização no âmbito penal de quem comete crimes contra a administração pública.

Questionado sobre a possibilidade de novas operações, o ministro disse que não pode adiantar investigações em curso, mas, depois, respondeu que espera "que sim, tem muita coisa pra fazer ainda".

A Operação Spare mirou um dos principais operadores de uma organização criminosa que atua há mais de duas décadas no mercado de combustíveis no Estado de São Paulo, além de pessoas a ele associadas, segundo nota divulgada pela Receita.

"O sofisticado esquema revelado na Carbono Oculto também era operado pelos alvos da Spare. Recursos de origem ilícita eram inseridos no setor formal por meio de empresas operacionais. Esse movimento se

dava em espécie e por maquininhas via fintechs, e posteriormente os recursos lavados eram reinvestidos em negócios, imóveis e outros ativos, por meio de Sociedades em Conta de Participação (SCP)", informou a Receita.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250926>

Braga cede em parecer para apaziguar Estados e municípios

Gabriela Guido e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do segundo projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** do consumo, disse que vai voltar atrás em um ponto do seu parecer que causou a revolta dos Estados e dos municípios. Segundo esses entes federativos, um dispositivo modificado pelo emedebista poderia gerar uma perda de arrecadação de R\$ 46 bilhões por ano.

O relator havia alterado a forma de cálculo da calibragem da alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o tributo que será de competência dos Estados e municípios, em substituição ao ICMS e ao ISS. Pela lei que regulamentou a primeira reforma, a alíquota de referência do IBS para o período de transição entre 2029 e 2032 seria calibrada considerando a média da razão entre a receita média dos Estados e municípios sobre o Produto Interno Bruto (**PIB**) nos anos de 2024 a 2026, além de outros fatores.

No relatório apresentado na semana passada e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Braga definiu que a alíquota seria ajustada com base na receita em proporção do **PIB** apurada entre 2012 e 2021. Ao explicar a mudança, o relator disse que ela seria necessária porque alguns entes subnacionais estavam subindo **tributos**, visando ter uma alíquota maior de IBS no futuro.

Com isso, ao estabelecer o período de apuração entre 2012 e 2021, o relator expurgaria do cálculo esses aumentos recentes de **tributos** feitos por alguns entes. A mudança, contudo, provocou críticas dos Estados e municípios, que afirmam que vão perder bilhões de reais em receita com essa alteração.

Pelos cálculos da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp), a perda anual de arrecadação seria de R\$ 46 bilhões quando o IBS começasse a ser implementado na fase de transição. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) calcula perda de cerca de R\$40 bilhões.

Ao Valor, Braga disse que, mesmo contrariado, vai rever esse trecho, para voltar ao período 2024 a 2026. "Alguns Estados, lamentavelmente, aumentaram a carga tributária do consumo, sem nenhuma razão, a

não ser se preparar para o compartilhamento e a compensação que acontecerá no futuro. Na minha opinião, isto não foi correto, para não dizer desonesto", afirmou o relator.

"Eu pretendi excluir isso, fazendo o cálculo de 2012 a 2021, que neutralizaria esse impacto. Só que os municípios levantaram outra tese, honesta, de que eles, por eficiência tributária, aumentaram a base de arrecadação do ISS. Somente por esse argumento eu me quedei e mudarei o período", antecipou o senador.

A mudança será feita no novo relatório que Braga apresentará, até a votação em plenário, marcada para terça-feira (30).

A avaliação de pessoas a par da negociação é que, se o relator não recuasse na mudança, ele perderia na votação dos destaques em plenário, já que algumas emendas foram apresentadas para votar a forma de cálculo original. Segundo esses interlocutores, os Estados e municípios estavam se articulando para conseguir os votos necessários para aprovar a mudança no plenário.

Além disso, a última palavra na aprovação deste texto cabe à Câmara dos Deputados, uma vez que ela foi a Casa que iniciou a sua apreciação. Logo, se Braga não fizesse tal mudança, o deputado Mauro Benevides (PDT-CE) poderia retomar tal dispositivo do seu texto sem o aval do Senado.

O projeto que irá a votação finaliza a regulamentação da **reforma tributária** do consumo. O texto trata de questões administrativas e, também, do Comitê Gestor do IBS. A versão aprovada pela CCJ prevê regimentos para o funcionamento e a eleição dos representantes de Estados e municípios para o colegiado, resolvendo um impasse entre duas entidades municipalistas.

A proposta também traz um dispositivo para que não sejam aplicadas multas por descumprimento de obrigação acessória em 2026, quando os novos **tributos** serão aplicados em forma de teste. Esse "waiver", contudo, só valerá desde que o contribuinte regularize a situação em até 60 dias.

Mudança estará no novo relatório que será apresentado até a votação marcada para terça-feira

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250926>

Governo da Argentina retoma imposto sobre as exportações de grãos

O governo do argentino Javier Milei antecipou ontem em mais de um mês o retorno das retencionistas, os **impostos** cobrados sobre as exportações de commodities. O anúncio fez os preços dos grãos subirem na bolsa de Chicago, já que a medida desestimula a entrada da oferta argentina no mercado. Os contratos do grão para novembro subiram 0,32%, a US\$ 10,1225 o bushel.

Ontem voltaram a ser aplicadas as alíquotas anteriores: 26% para a soja e 9,5% para milho e trigo. O governo havia isentado as tarifas no fim de semana e previa manter a medida até 31 de outubro.

A decisão de antecipar a retomada dos **impostos** foi tomada após o governo alcançar a meta de arrecadação de US\$ 7 bilhões em Declarações Juradas de Vendas ao Exterior (DJVE) em 72 horas. A Agência de Arrecadação e Controle Aduaneiro (ARCA) informou na noite de quarta-feira (24/9) que não serão mais registradas novas DJVE sob o regime de isenção.

Horas antes do anúncio oficial, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, sinalizou que havia a expectativa de que a Argentina encerrasse o benefício.

"Estamos trabalhando com o governo argentino para pôr fim à isenção fiscal para os produtores de commodities que convertem divisas", afirmou. A medida integra o pacote de ajuda econômica que a Casa Branca ofereceu a Milei.

Nos três dias de isenção, a China comprou 20 navios de soja da Argentina, o equivalente a 1,3 milhão de toneladas, segundo a Royal Rural. O movimento incomodou os produtores de soja dos

EUA, já que as compras esfriaram ainda mais a demanda da China pelo grão dos EUA e derrubaram os preços na bolsa de Chicago.

Em **comunicado** divulgado na tarde de quarta-feira, a Associação Americana da Soja expressou preocupação com os impactos da política argentina.

"Os preços da soja americana estão caindo, a colheita está em andamento, e os agricultores leem manchetes que não falam sobre fechar um acordo com a China, mas sim de que o governo dos EUA está oferecendo

US\$ 20 bilhões em apoio à Argentina, enquanto esse país reduz os **impostos** de exportação da soja para vender 20 carregamentos de soja à China em apenas dois dias", declarou a entidade.

Após as críticas, o presidente americano, Donald Trump, declarou ontem que os produtores americanos poderão receber recursos arrecadados com as tarifas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador#/edition/188344?page=1§ion=1>

Receita tributa ressarcimento por uso de veículo próprio

Luiza Calegari

De São Paulo O ressarcimento por uso de veículo próprio para participação em atividades de conselho profissional - como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - está sujeito à contribuição previdenciária, segundo a **Receita Federal**. O entendimento está na Solução de Consulta nº 146, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que vincula todos os auditores do país.

A cobrança, no entanto, só é válida para profissional "eleito para cargo de direção de conselho, de ordem ou de autarquia de fiscalização", considerado pela Receita como contribuinte individual. O empregado dessas entidades, de acordo com a Receita, continua podendo receber o ressarcimento sem ter que pagar a contribuição.

O entendimento da Cosit parte do princípio de que essa seria uma verba remuneratória paga como contraprestação por um serviço, que é o critério de incidência da contribuição previdenciária. Segundo os contribuintes, no entanto, a verba tem caráter indenizatório, e não deveria compor a base de cálculo do tributo.

A disputa em torno dos conceitos vem se desenrolando há anos. Em 2014, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu, por meio de recurso repetitivo (Tema 479), que o teço de férias tem natureza indenizatória e, dessa forma, não está sujeito à contribuição previdenciária (REsp 1230957). Foi esse julgamento que estabeleceu a diferenciação entre verbas remuneratórias e indenizatórias.

Desde então, só se multiplicaram as brigas judiciais e administrativas pela definição de verbas específicas. Há jurisprudência favorável e contrária aos contribuintes em diferentes instâncias.

No **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, por exemplo, uma decisão de 2020 isentou da contribuição os ressarcimentos por uso de veículos próprios por empregados de uma indústria química. A 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de julgamento entendeu que essas verbas "apresentam natureza indenizatória em razão da depreciação e desgaste dos veículos e são pagas aos empregados em substituição ao fornecimento de veículos que

poderia ser realizado pela empresa" (processo nº 10920.007427/2008-76).

Já para a 2ª Turma do STJ, por outro lado, seria uma verba paga com habitualidade e, portanto, deveria incidir contribuição previdenciária (AREsp 1729359). Esse também foi o entendimento da 1ª Turma. Os ministros decidiram pela tributação do chamado "auxílio-quilometragem" por considerar estar caracterizada a habitualidade do pagamento (AREsp 1045367).

Para a tributarista Fernanda Lains, do Bueno Tax Lawyers, por mais que o STJ tenha instituído o critério de incidência da contribuição previdenciária, diferenciando verbas remuneratórias das indenizatórias, a aplicação desses conceitos continua sendo muito subjetiva, o que sujeita a jurisprudência a muitas oscilações.

"Por mais que já tenham analisado a questão por meio de recurso repetitivo em 2014, novos julgamentos terão que acontecer sob essa sistemática para termos mais segurança jurídica. Mesmo com uma solução de consulta Cosit, que vincula a administração, esse é um tema que ainda pode ser levado ao judiciário", afirma a especialista.

Apesar de a solução de consulta dizer respeito apenas aos integrantes de conselhos, a Receita deixou margem para expandir esse entendimento a diretores eleitos de empresas, o que teria um impacto financeiro significativo, segundo a tributarista Luiza Lacerda, sócia do Demarest.

Ela aponta essa sinalização no trecho em que a solução de consulta determina que "verifica-se que a tributação não alcançaria o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo de empregado da consulente (segurado da categoria empregado), o que não inclui o diretor eleito, eis que não há previsão legal isentiva de contribuição sobre essa verba para segurado da categoria contribuinte individual".

Para a advogada, esse entendimento tem potencial de aumentar as disputas judiciais sobre o tema. "Também acaba sendo uma forma de a Receita ampliar a base de cálculos dos **tributos**, impondo esse tipo de autuação que, ao fim e ao cabo, espera-se que seja derrubada. Mas isso gera contencioso, gera custo para

as empresas e é deletério para o sistema." Jéssica Lazzari, advogada do RMM Advogados, também destaca a diferenciação que a Receita faz entre diretores e empregados. Mas, segundo ela, no fim das contas essa discussão acaba por ignorar o debate sobre a natureza da verba, que é o mais importante.

"A Receita acabou deixando de lado aspectos que são fundamentais nessa análise, como a frequência dos pagamentos, a comprovação efetiva dos custos e até mesmo a finalidade do ressarcimento", afirma a tributarista. "A resposta ficou bastante restrita ao enquadramento jurídico do beneficiário e à ausência de previsão legal específica, sem considerar elementos fáticos que poderiam, sim, alterar a conclusão sobre a natureza da verba." Procurada, a Receita não deu retorno até o fechamento da edição.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Fintechs aprovam novas medidas para coibir fraude

Marina Lang *Para o Valor, de São Paulo*

As recentes ações de órgãos do governo federal colocaram as fintechs no olho do furacão da opinião pública. Diante do ataque cibernético à empresa de soluções de infraestrutura C M Software e da Operação Carbono Oculto, deflagrada pela Polícia Federal, algumas empresas de tecnologia financeira foram identificadas como destinos de dinheiro enviado do roubo e como operadoras de lavagem de dinheiro da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), e tiveram suas atividades suspensas. A partir daí, medidas foram instauradas pela **Receita Federal** e pelo Banco Central a fim de aumentar a fiscalização desses tipos de companhias, que oferecem serviços por meio de aplicativos e plataformas on-line.

Estimativas sobre quantas fintechs existem no país variam. Muitas delas não movimentam dinheiro - caso de negócios que oferecem reconhecimento facial para efetuar transações, considerados como parte desse enclave empresarial. Segundo a Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), o número mais confiável é o da consultoria Distrito, que estima 1.706 empresas do ramo no Brasil, sendo 772 delas vinculadas à entidade.

O BC informa que o conceito de fintech está relacionado ao uso intensivo de tecnologia na produção e oferta de serviços financeiros, que não necessariamente são regulados pelo órgão. Entre as entidades autorizadas pelo órgão estão 193 instituições de pagamentos (IPs), 141 sociedades de crédito direto (SCDs) e 12 sociedades de crédito entre pessoas (SEPs).

Editada em agosto, instrução normativa da Receita obriga IPs e outras participantes de arranjos de pagamento a enviar regularmente informações sobre movimentações financeiras para facilitar o cruzamento de informações e o combate a irregularidades. As empresas têm até o último dia útil de outubro para informar transações do último semestre.

O BC, por sua vez, criou regras no começo de setembro para evitar a lavagem de dinheiro proveniente do crime organizado: IPs não autorizadas e as que se conectam à Rede do Sistema Financeiro Nacional via Prestadores de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI) ganham limite de R\$ 15 mil - 1%

das transações estão acima desse valor, segundo o BC - para transações via TED ou Pix. A trava pode ser removida caso a fintech atenda a processos de controle e segurança. Além disso, nenhuma IP poderá iniciar operações sem autorização prévia, e o capital mínimo para se credenciar como PSTI deve ser de R\$ 15 milhões.

"Queremos repelir qualquer tipo de presença do crime organizado no sistema financeiro. Por isso que essas medidas são para endereçar problemas gerados pelo crime organizado", afirmou o presidente do BC, Gabriel Galípolo, no anúncio das medidas.

Ele ainda defendeu as fintechs, afirmando que essas startups contribuíram para "uma inclusão fantástica do ponto de vista do sistema financeiro", com serviços facilitados para a população. "Isso é absolutamente essencial para que o Brasil tenha a posição que ele tem hoje, privilegiada do ponto de vista tecnológico, dentro do sistema financeiro e tão admirado fora do Brasil", disse Galípolo, na ocasião.

Diego Perez, presidente da AB-Fintechs, diz que as medidas são necessárias, mas que é importante não demonizar esse tipo de empresa: "Incidentes foram denunciados ao BC por fintechs que os identificaram. As poucas empresas usadas pelo crime organizado não têm intenção de regulamentação ou mesmo de pagar **tributos**".

Fernanda Laranja, vice-presidente da Zetta, associação de empresas de tecnologia do mercado financeiro e de meios de pagamento, diz que seus representados também apoiam as regras. "É importante que a Receita permita o acesso de todas as entidades reguladas ao Infoconv, serviço de consulta de dados fundamental para fortalecer ações de combate à fraude e que hoje só é acessível a bancos tradicionais", pontua.

Sobre o BC, ela acrescentou que o setor espera normas sobre "ban-king as a Service" (BaaS, empresas de serviços financeiros sem ser bancos) e ativos virtuais (como criptomoedas e tokens). E enfatiza que a nova versão do Mecanismo Especial de Devolução (MED) do Pix, prevista para 2026, vai ampliar a recuperação de recursos que foram objeto de transações sucessivas, o que evitará a evasão de recursos ilícitos.

As ações são muito positivas, sobretudo à luz de combate a fraudes, avalia Doug Storf, CEO da Swap, empresa de BaaS que atende 120 clientes. "O impacto operacional é pequeno para empresas que operam com histórico de origem e destino. É só criar um novo relatório e enviar à Receita", diz. Marcelo Schucman, diretor "Incidentes foram denunciados ao Banco Central por fintechs que os identificaram" Diego Perez

da Associação Brasileira de Banking As a Service (Abbaas), também vê as medidas como acertadas. A entidade vai disponibilizar aos associados um sistema para bloquear contas ilícitas. "As fraudes acompanham o mercado, que cresce. Ações têm que ser contemporâneas", analisa.

A iniciativa casa com resoluções adicionais publicadas pelo BC em 11 de setembro. Uma obriga a rejeitar pagamentos para contas usadas em fraudes; a outra permite que pessoas físicas e jurídicas registrem bloqueios de abertura de contas em seus nomes, a fim de evitar o uso de laranjas, explica José Luiz Homem de Melo, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados.

Ivo Mósca, diretor de inovação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), nota que são atos iniciais, e que é necessário seguir na blindagem do sistema financeiro. Entre medidas que ainda não foram feitas, ele cita o encerramento de contas laranjas, limitação do valor de transações em horários noturnos e o fim da chamada conta bolsão, onde não há visibilidade de origem e destino de recursos.

"O BC é favorável e deve haver regulação nas próximas semanas", afirma. Outra medida citada é a retenção de altos valores em contas por até duas horas. "Vai fazer com que a velocidade de transferência fique paralisada, o que facilita a recuperação em caso de crimes."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250926>

BC pessimista nas projeções

» ROSANA HESSEL

O Banco Central, sob o comando de Gabriel Galípolo desde janeiro deste ano, está esbanjando conservadorismo. Nas projeções macroeconômicas, a autoridade monetária apresenta mais ressalvas do que o Ministério da Fazenda e até mesmo que o mercado financeiro.

No Relatório de Política Monetária (RPM), divulgado ontem, o BC reduziu de 2,1% para 2% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano. Já as projeções recentes da Fazenda e a mediana das estimativas do mercado, coletadas pelo Banco Central no boletim semanal Focus, são mais otimistas, de 2,3% e de 2,16%, respectivamente.

Para o **PIB** de 2026, o relatório do BC, que substituiu o antigo Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), prevê avanço de 1,5%. É a primeira vez que o BC divulga a projeção da atividade econômica do ano que vem. As previsões da Fazenda, de 2,4%, e as do mercado, com mediana de 1,8%, para o **PIB** do ano que vem, também estão mais otimistas do que as do BC. Quanto à **inflação**, a autarquia comandada por Galípolo segue prevendo a **inflação** acima do centro da meta, de 3%, até o primeiro trimestre de 2028.

Mesmo com previsões mais pessimistas para a atividade do que o mercado, o Comitê de Política Monetária (Copom) reforçou, na semana passada, que pretende manter a conduta do gavião (hawkish) em vez do pombo (dovish) no combate à **inflação** e reafirmou na ata que a taxa básica da economia (Selic) deverá continuar no patamar atual, de 15% ao ano, por um "período bastante prolongado"

Mercado de trabalho

Um dos principais motivos para as estimativas do BC para o **PIB** e para a manutenção da Selic no patamar atual, segundo o diretor de Política Econômica do BC, Diogo Guillen, é a surpresa positiva no mercado de trabalho, que segue aquecido e com o desemprego no menor nível da história, de 5,7%, em julho, "dado acima do esperado pelo BC"

O diretor destacou, também, que a ligeira redução da estimativa de crescimento do **PIB** deste ano também decorre dos efeitos, ainda incertos, do aumento das tarifas de importação pelos Estados Unidos "bem como de sinais de moderação da atividade econômica no terceiro trimestre".

Durante a apresentação a jornalistas do RPM, ontem, Galípolo afirmou que segue "convicto" com a decisão do colegiado, apesar das críticas ao atual patamar de juros, inclusive a do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que ele classificou como muito educadas, "um luxo".

O presidente do BC afirmou que o BC ainda segue "dependente de dados" para mudar a atual política monetária. "Vamos seguir observando se a taxa de juros está em um patamar contracionista o suficiente para produzir a convergência da **inflação** para a meta" disse o banqueiro central. De acordo com ele, "o mercado de trabalho segue resiliente há quatro anos", e o desemprego tem ficado em patamares menores do que o esperado pela autoridade monetária. "Com um cenário com **inflação** fora da meta e desemprego baixo, não é conforto para a situação, mas convicção de que o caminho é esse que deve ser feito", disse. Ele acrescentou que o pior cenário para um trabalhador é a combinação de **inflação** elevada e queda da renda em vez de juro alto.

Galípolo alegou, ainda, que é "legítimo" haver divergências entre o BC e o Ministério da Fazenda em relação à condução da política monetária e voltou a elogiar as críticas feitas com "delicadeza" de Haddad e do secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

O economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, avaliou que o RPM, em termos gerais, reiterou a avaliação do cenário macroeconômico base contida na declaração da ata da reunião da última reunião

do Copom, "com riscos tanto de alta quanto de baixa ainda caracterizados como mais elevados do que o habitual". Na avaliação dele, a previsão de **inflação** mais hawkish do Copom "é sustentada por uma perspectiva de crescimento relativamente dovish, o que implica que um crescimento mais firme do que o esperado levaria a previsões de **inflação** ainda mais elevadas".

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/09/26/all.pdf>

IPCA-15 sobe 0,48% em setembro; BC vê inflação na meta só em 2028

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), considerado uma prévia da **inflação** oficial, subiu 0,48% em setembro, depois de ter recuado 0,14% em agosto. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi a maior variação para o mês desde 2021, quando o índice chegou a avançar 1,14%. Com o resultado, o IPCA-15 acumula alta de 3,76% no ano. Em 12 meses, o índice alcançou 5,32%, ante uma taxa anualizada de 4,95% até agosto.

Ainda assim, a alta do IPCA-15 em setembro ficou abaixo da mediana das estimativas colhidas pelo Projeções Broadcast, de 0,51%, com intervalo entre 0,40% e 0,60%. A taxa em 12 meses também ficou abaixo da mediana, que era de 5,35%, com um intervalo de 5,25% a 5,44%. O teto da meta do Banco Central (BC) é de 4,5%, já considerando um índice de tolerância de 1,5 ponto porcentual.

Também ontem, o BC divulgou o novo Relatório de Política Monetária, com previsão para diversos indicadores. Para a **inflação**, a autoridade monetária projeta o IPCA acima do centro da meta de **inflação**, de 3%, até pelo menos o primeiro trimestre de 2028 (mais informações na pág. B2).

CARESTIA. Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE, cinco tiveram alta no mês: habitação subiu 3,31%, puxado pela alta da energia elétrica residencial. Depois de cair 4,93% em agosto, a tarifa de energia subiu 12,17% em setembro com o fim do chamado bônus de Itaipu. As outras altas foram em vestuário (0,97%); saúde e cuidados pessoais (0,36%); despesas pessoais (0,20%) e educação (0,03%).

Já os preços de transportes caíram 0,25% em setembro, após retração de 0,47% em agosto. O grupo deu uma contribuição negativa de 0,05 ponto porcentual para o IPCA-15. Os preços de combustíveis tiveram queda de 0,10%, após recuo de 1,18% em agosto. Alimentação e bebidas também recuaram, 0,35%, após queda de 0,53% em agosto.

Na avaliação dos economistas do Bradesco, o IPCA-15 trouxe uma "composição benigna", principalmente em razão dos serviços subjacentes, que tiveram alta modesta de 0,04%. O banco acredita que essa tendência de composição positiva reforça o cenário de desinflação para 2026.

Para o estrategista-chefe da EPS Investimentos, Luciano Rostagno, no entanto, o índice de setembro revela que a **inflação** de serviços na base anual continua elevada. "O cenário continua bastante desafiador para a convergência da **inflação** para a meta", disse.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Impacto do tarifaço sobre preços não está incorporado, diz Galípolo

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse ontem que a maior parte do mercado financeiro ainda não incorporou o impacto do tarifaço dos Estados Unidos em suas projeções de **inflação**. Segundo ele, por enquanto, as taxas impostas por Donald Trump também não alteraram a perspectiva para fins de política monetária.

"O tarifaço para a maior parte das economias, e especialmente para os Estados Unidos, olhando para as projeções de mercado, tende a fazer um impacto mais de nível de preço, de uma vez, e menos de você ver uma coisa mais persistente na **inflação**", disse.

O presidente do BC ressaltou que houve uma certa relativização sobre o impacto das tarifas em função do que era esperado inicialmente - de que seria um tarifaço totalmente horizontal sobre diversos produtos -, mas ainda há certo receio sobre qual será o efeito da medida. "Há um pouquinho de receio de isso se estender e produzir alguma inércia no processo inflacionário e poder esticar, mas isso não alterou a perspectiva para fins de política monetária."

Ainda sobre os Estados Unidos, Galípolo disse que, ao participar de reuniões com representantes do mercado financeiro e de bancos internacionais, tem observado que há uma certa dicotomia sobre como os preços estão reagindo à incerteza criada pelas tarifas, ou até a um cenário mais adverso do ponto de vista institucional do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que tem sido pressionado por Trump a acelerar o corte de juros.

"Há um pouco de divergência, vamos dizer assim, sobre quanto os preços, hoje, estão refletindo esse cenário mais adverso e mais incerto, e quanto eles não estão ainda refletindo de maneira devida."

IPCA NA META. No Relatório de Política Monetária do terceiro trimestre, divulgado ontem, o BC informou que espera a manutenção do IPCA acima do centro da meta de **inflação**, de 3%, até pelo menos o primeiro trimestre de 2028, considerando o seu cenário de referência. A projeção do BC é de que a **inflação** em 12 meses passe de 5,4%, no segundo trimestre deste ano, para 5,3% no terceiro, e feche 2025 em 4,8%.

Depois, ainda pelas projeções do BC, o IPCA iria para 4% no primeiro trimestre de 2026; para 4,1% no

segundo; recua para 4% no terceiro; para fechar o ano que vem no patamar de 3,6%.

O BC prevê ainda que a **inflação** acumulada em 12 meses atinja 3,4% no primeiro trimestre de 2027, seu horizonte relevante, e 3,4% no segundo. Em seguida, a autarquia estima que o índice desacelere a 3,3%, no terceiro trimestre, e a 3,2% no fim do ano. A projeção para o primeiro trimestre de 2028, a última disponível, é de 3,1% - ainda 0,1 ponto acima do centro da meta.

"Na comparação com o relatório anterior, as projeções de **inflação** tiveram leve queda para 2025 e estabilidade para o horizonte relevante da política monetária", observou o BC.

CRÍTICAS. Questionado sobre as declarações recentes do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com relação ao andamento da política monetária, Galípolo disse ter considerado

um "luxo" tais manifestações. Ex-secretário executivo da Fazenda na gestão do atual ministro, ele minimizou as falas do chefe da equipe econômica.

"Pessoalmente, acho um luxo você ter o ministro da Fazenda e o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, fazendo comentários sobre a política monetária com a delicadeza que eles fizeram", disse. cícero co-

TRIM, CÉLIA FROUFE E MARIANNA GUALTER

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC reduz de 2,1% para 2% projeção para o PIB no ano

O Banco Central reduziu a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2025, de 2,1% para 2%. Os números constam do

Relatório de Política Monetária do terceiro trimestre, divulgado ontem. A previsão está abaixo da mediana do último relatório Focus, de 2,16%.

O BC também divulgou, pela primeira vez, sua projeção para a expansão do **PIB** em 2026, de 1,5%, taxa também inferior à mediana do Focus, para 1,8%.

A nova projeção para 2025 incorpora mudanças nas estimativas para o **PIB** agropecuário, de 8% para 9%, e industrial, reduzido de 1,9% para 1%. Em serviços, foi mantida a projeção de alta de 1,8%. Pelo lado da demanda, o BC ajustou as previsões para o consumo das famílias, de 2,1% para 1,8%, e do governo, de 1,2% para 0,5%; formação bruta de capital fixo (investimentos em bens de capital), de 2,8% para 3,3%; importações, de 3,5% para 4,5%; e exportações, de 3,5% para 3%.

Já para 2026, o BC prevê alta de 1% para a agropecuária; de 1,5% para os serviços; e de 1,4% para a indústria. Pelo lado da demanda, estima alta de 1,4% no consumo das famílias; de 1% no consumo do governo; de 0,3% na FBCF; de 1% nas importações; e de 2,5% nas exportações. C.C., C.F. e M.G./BRASÍLIA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Marinho diz que Caged desacelerou em agosto

Ruan Amorim De Brasília (Colaborou Estevão Taiar)

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nesta quinta-feira (25) que em agosto houve criação líquida de postos formais medida pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Esse crescimento ficou, no entanto, abaixo do ritmo registrado anteriormente. O resultado oficial será divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na segunda-feira.

"O Caged de agosto vem crescendo de novo, mas abaixo do ritmo que vinha crescendo anteriormente. No mês passado já cresceu abaixo do ritmo, desacelerou e continua desacelerando", disse Marinho em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Marinho não detalhou a base de comparação, mas em julho deste ano e agosto do ano passado foram criadas, sempre em termos líquidos, 129.775 e 239.057 vagas, respectivamente e de acordo com os números mais recentes.

Segundo o ministro, os juros altos são um impeditivo para que o mercado de trabalho tenha um "trimestre mais vigoroso". "Esse ambiente de juros altos é um impeditivo para a gente olhar um trimestre mais vigoroso. Ele será um bom trimestre, acredito que o crescimento do **PIB** [Produto Interno Bruto] está garantido, mas é preciso que o Banco Central inicie muito rapidamente a redução de juros", completou. Atualmente, a Selic está em 15% ao ano.

Apesar do patamar da taxa básica de juros, Marinho disse que o Brasil deve ter resultado positivo na casa de 1,5 milhão de vagas em 2025. "Este ano acho que está dado, vamos talvez ter saldo da ordem de 1,5 milhão de empregos formais no Brasil", ressaltou.

Na entrevista, Marinho ainda disse que há "baixa procura" por acordos trabalhistas ligados ao Brasil Soberano. O programa foi criado pelo governo federal para combater a tarifa de 50% imposta pelos Estados Unidos sobre as exportações brasileiras. Entre as possibilidades previstas de acordos, estão antecipação de férias ou suspensão de trabalho por período determinado.

"Há algumas consultas, mas nada concreto", disse.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250926>

BC ajusta PIB e vê rombo maior das contas externas

Anais Fernandes De São Paulo

O Banco Central ajustou para baixo sua projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2025 e confirmou a desaceleração para 2026, mas não deixou de dar ênfase à força do emprego, da renda e, assim, à resiliência da atividade. Resiliência presente também na piora da previsão de déficit em conta corrente e nos estudos especiais sobre mercado de trabalho divulgados ontem no Relatório de Política Monetária (RPM).

O BC mudou a projeção do **PIB** em 2025 para 2%, de 2,1%, e apresentou, pela primeira vez, sua previsão para 2026, que é de 1,5%. O BC também aumentou a previsão de rombo nas contas externas em 2025 para US\$ 70 bilhões, de US\$ 58 bilhões, citando "um cenário mais pressionado" e "adverso". Em 2026, o déficit retornaria a US\$ 58 bilhões. O resultado negativo maior este ano está associado a expectativas piores nas contas de serviços e rendas, além de saldo comercial menor, porque, entre outras coisas, a importação se mostra "um pouco mais resistente à desaceleração da atividade", diz o BC.

Já a redução na projeção de **PIB** em 2025, aponta, decorre, por exemplo, dos efeitos do aumento das tarifas dos Estados Unidos, ainda que incertos. O RPM antecipou informações da Firmus - pesquisa do BC com empresas não financeiras que será lançada no dia 29 -, como a de que a maioria das companhias afirmava, em agosto, não perceber impactos diretos do tarifaço, apesar de a maioria relatar aumento da incerteza e de alguns mencionarem redução da demanda externa ou aumento da concorrência com importações.

Fatores baixistas para o **PIB** de 2025, porém, foram parcialmente compensados por prognósticos melhores no agro e na indústria extrativa. No lado da oferta, houve elevação na previsão da agropecuária (para 9%, de 8%), redução na indústria (para 1%, de 1,9%) e estabilidade em serviços (1,8%).

Pela demanda, foram reduzidas as projeções para o consumo das famílias (para 1,8%, de 2,1%) e o do governo (para 0,5%, de 1,2%), enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos, foi elevada (para 3,3%, de 2,8%) por causa da importação de plataforma de petróleo.

Segundo o BC, a revisão na perspectiva de consumo das famílias decorre, principalmente, da incorporação de dados do terceiro trimestre que apontam uma dinâmica mais moderada. Ainda assim, diz, a expectativa é de expansão no segundo semestre. "O mercado de trabalho segue resiliente, o que deve contribuir para sustentar a renda das famílias", afirma.

Para o **PIB** de 2026, a projeção considera a manutenção da política monetária restritiva, o baixo nível de ociosidade da produção, a perspectiva de desaceleração global e a ausência do impulso do agro, diz o BC. "A safra recorde de grãos em 2025 contou com condições climáticas bastante favoráveis, que podem não se repetir em 2026", alerta.

Pelo lado da oferta, agro, indústria e serviços devem crescer 1%, 1,4% e 1,5%, respectivamente. Pela demanda, as taxas esperadas para o consumo das famílias, o do governo e a FBCF são de 1,4%, 1% e 0,3%, pela ordem. "A desaceleração do consumo das famílias deve refletir, entre outros fatores, um menor ritmo de expansão da população ocupada, em um contexto de taxa de desocupação já bastante baixa, e os níveis já elevados de endividamento e comprometimento da renda das famílias com os encargos da dívida. Em contrapartida, a resiliência da renda disponível das famílias deve contribuir para mitigar, em parte, a perda de dinamismo do consumo", diz o BC.

A autoridade monetária dedicou quatro estudos especiais no seu RPM para analisar o emprego no Brasil. "O mercado de trabalho se mantém aquecido e sem sinais claros de desaceleração ou inflexão", diz o BC no documento.

Questionado em coletiva de imprensa se a quantidade de estudos indicaria dúvidas a respeito do funcionamento da política de monetária, o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, negou. "Nunca tive dúvidas e sigo sem dúvidas sobre a política monetária tendo efeito", afirmou.

Em um estudo, o BC apresentou indicadores mostrando que a mobilidade dos trabalhadores está elevada, como os patamares historicamente altos das taxas de troca de ocupação e de rotatividade e o nível historicamente baixo do tempo para encontrar

ocupação- inferior a dez meses, segundo o BC, semelhante a 2013-2014.

Além disso, o BC apontou que o "prêmio salarial" pela troca de ocupação encontra-se elevado - ao menos pelos dados da Pnad Contínua, do IBGE, já que informações do Caged (cadastro do governo para emprego formal) sugerem queda nos últimos anos. Considerando a média móvel de quatro tri -mestres, o prêmio tem ficado entre 4% e 5% em 2024 e 2025, ante 2% a 3% em 2013 e 2014.

Em outro estudo, o BC analisou como o "crescimento extraordinário" dos trabalhadores por aplicativos resultou em elevação do nível de ocupação (+0,8 p.p.) e da taxa de participação (+0,2 p.p.) e redução da desocupação (-0,6 p.p.). O BC diz que o trabalho por plataformas "representa uma mudança estrutural no mercado de trabalho".

Em um terceiro estudo, a autoridade monetária avaliou que, caso a estrutura da população em idade de trabalhar tivesse permanecido constante desde 2014 e as taxas de participação e desocupação de cada grupo de sexo, idade e escolaridade tivessem evoluído conforme o observado, a taxa de participação agregada estaria cerca de 2,5 p.p abaixo do nível atual, e o nível de ocupação, quase 3 p.p abaixo.

Por fim, o BC observou em estudo o papel dos serviços na dinâmica de crescimento de uma medida de tendência da **inflação** salarial no setor formal no último ano. Já em uma decomposição etária, diferenciou o papel das faixas intermediárias em relação às faixas mais elevadas de idade na desaceleração, respectivamente, dos salários de admissão e desligamento.

"Mercado de trabalho segue resiliente, o que deve contribuir para sustentar a renda das famílias" Banco Central

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250926>

Dados vão determinar quando poderá haver alívio nos juros, diz BC

Gabriel Shinohara, Alex Ribeiro, Giordanna Neves e Anais Fernandes

De Brasília e São Paulo O Comitê de Política Monetária (Copom) definirá o quão prolongado será o período de juros altos com base nos dados econômicos que forem sendo divulgados no futuro. Segundo o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, a decisão seguirá o "mantra" de "perseverança, firmeza e serenidade".

"Este é um banco central que segue dependente de dados - e tenta deixar claro o máximo possível o que ele está vendo e como tende a reagir em função do que ocorrer", disse Galípolo em entrevista coletiva sobre o Relatório de Política Monetária (RPM).

O Copom manteve a taxa básica de juros em 15% ao ano na semana passada e informou que seguirá "vigilante", e avaliaria se a sua manutenção por período bastante prolongado será suficiente para levar a **inflação** à meta de 3%.

Galípolo disse que essa é uma nova fase no ciclo de aperto e, segundo ele, apresenta desafios "do ponto de vista de explicar o Projeção do BC para **PIB** é de avanço de 2% neste ano, com uma moderação no segundo semestre, algo que deve seguir em 2026 nosso trabalho para a população em geral". Mas destacou que esse período mais desafiador havia sido antevisto pelo colegiado.

O diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, explicou por que foi retirada, na semana passada, a frase que até o **comunicado** da reunião do Copom de julho falava em "interrupção" do ciclo de alta de juros - e deixava uma porta aberta para subir a Selic acima de 15% caso o comitê concluísse que a manutenção por período bastante prolongado não fosse suficiente.

Para Guillen, o fortalecimento da convicção de que o cenário econômico avançou conforme o esperado ajuda a sair do ponto de "interrupção". Agora, entra-se no estágio em que o Copom avalia se o patamar de juros é suficiente para a convergência da **inflação** à meta.

A condução da política monetária, com juros nos maiores patamares em quase 20 anos por tempo prolongado, atraiu críticas nesta semana do ministro

da Fazenda, Fernando Haddad. Na terça-feira, ele disse acreditar que não era justificável a Selic estar no patamar atual - e haveria espaço para reduções. Ponderou, no entanto, que Galípolo assumiu em meio a uma "grande crise" e que não está no lugar dele.

Questionado sobre as críticas, Galípolo disse que é algo "absolutamente legítimo" o ministro da Fazenda emitir sua opinião. O presidente do BC lembrou ainda das recentes falas do secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, que apontou que, do ponto de vista da política fiscal, o alto nível da Selic "machuca" - mas ressaltou que o trabalho de política monetária precisa ser feito e que está sendo "muito bem-sucedido".

"Eu, pessoalmente, acho um luxo você ter o ministro da Fazenda e o secretário do Tesouro fazendo comentários sobre política monetária com a delicadeza que eles fizeram, com a gentileza que eles fizeram e com a educação que eles fizeram", afirmou.

Galípolo disse que o receio de que a alta de juros pudesse causar uma "queda abrupta" na economia foi se reduzindo ao longo do tempo, assim como as dúvidas sobre a capacidade da política monetária de fazer a "convergência" para o cenário imaginado pelo BC.

"A coisa vai convergindo para aquilo que parece ser uma suavização no nível de atividade econômica, justamente para poder proteger a renda do trabalhador", apontou.

A projeção do BC para o Produto Interno Bruto (**PIB**), divulgada no relatório, é de avanço de 2% neste ano, com uma moderação no segundo semestre - que deve seguir em 2026, quando a previsão oficial de crescimento é de 1,5%. Enquanto isso, a **inflação** deve continuar caindo nas projeções do BC e chegar a 3,6% no fim de 2026, 3,2% em 2027 e 3,1% no primeiro trimestre de 2028. A meta é de 3%.

Galípolo ainda comentou as mudanças no crédito imobiliário planejadas pelo governo. Segundo ele, está em construção uma "resultante" que vai ser discutida em reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). "A gente não pode aguardar essa poupança eventualmente acabar se reduzindo", disse. Isso obrigaria o governo a buscar uma nova solução sem recursos suficientes para uma transição mais suave ao

novo sistema.

"A visão que a gente tem aqui no Banco Central é que, quanto mais a gente deixar para a frente, menos ferramenta, menos espaço, menos instrumentos a gente vai ter para poder amortecer uma eventual transição".

Galípolo ainda indicou que uma solução para a PEC de autonomia financeira do BC depende de entendimento com os funcionários da casa.

Segundo ele, há apoio do governo, mas resistência sobre a mudança da natureza do BC de direito público para direito privado e a mudança no regime trabalhista dos servidores, que passariam a seguir a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "Na visão tanto do Senado quanto do governo, a bola está um pouco com a gente agora."

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>